

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

ATA Nº 012

PRESIDENTE – DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim e aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para debatermos as relações federativas e a qualidade da educação em Mato Grosso.

Convido para compor a mesa de honra as seguintes autoridades: o Exmº Sr. Deputado Federal Ságua Moraes; Dr. Fernando Miranda Rocha, Juiz de Direito aposentado; Professora Flávia Maria de Barros Nogueira, Doutora em Ecologia e Recursos Naturais, do Instituto de Biociência da Universidade Federal de Mato Grosso; Exmº Sr. Mequiel Zacarias Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Alta Floresta; Exmª Srª Cristiane Dias de Oliveira Lima, Vereadora do Município de Lucas do Rio Verde; Exmº Sr. Alex Vieira Passos, Secretário Municipal de Educação de Cuiabá; Exmº Sr. Moacir Jacó Talini, Secretário Municipal de Educação de Nova Guarita, representando a UNDIME-União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Sr. Juarez França, Presidente da Associação Mato-grossense dos Estudantes-AME; Professor Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Sr. Orlando Francisco, Secretário de Finanças do SINTEP/Mato Grosso; Sr. Daniel Vitor Abreu, Diretor Regional da União Nacional dos Estudantes e Conselheiro do Conselho Estadual de Educação; Sr. Vinícius Brasilino, Conselheiro Estadual de Educação e Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Plano Estadual de Educação. (PALMAS)

Composta a mesa de honra, convido todos e todas para que, em posição de respeito, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para compor a mesa a Prefeita Mabel de Fátima, que acaba de chegar, do Município de Castanheira. (PALMAS)

Como foi divulgado, um dos nossos palestrantes de hoje seria o Professor Fernando Haddad, da Universidade de São Paulo, ex-Ministro da Educação e Ex-Prefeito de São Paulo. No entanto, com os últimos acontecimentos, ele ficou impossibilitado de se fazer presente e nos encaminhou, carinhosamente, em respeito, um vídeo que queremos que seja exibido agora.

(O VÍDEO É EXIBIDO – PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero agradecer os alunos e alunas que se fazem presentes; os professores; estão presentes a Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior, de Várzea Grande (PALMAS); a Escola Estadual Zélia da Costa Almeida, de Cuiabá (OVAÇÃO); a Escola Estadual Prof.^a Adalgisa de Barros, de Várzea Grande (OVAÇÃO); a Escola Estadual Dr. Estevão Alves Corrêa, de Cuiabá (OVAÇÃO); a Escola Estadual Pascoal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Ramos, de Cuiabá (OVAÇÃO); a Escola Estadual Padre Firmo Pinto Duarte Filho, de Cuiabá (OVAÇÃO).

Dizer que é muito importante a participação dos profissionais da educação, mas, sobretudo, dos alunos e das alunas que neste momento têm a oportunidade de compreender um pouco mais o processo da construção das políticas públicas de educação no Brasil e em Mato Grosso, porque compreendendo melhor vocês também saberão defender melhor a educação pública.

O objetivo da Audiência Pública, por mim requerida, tem por finalidade discutir a atual conjuntura da educação em MT, seu financiamento e sua articulação entre os entes federados, tendo em vista a melhoria da qualidade.

Embora a discussão sobre um Sistema Nacional de Educação se reporte às primeiras décadas do século XX, especialmente, do movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Somente em 2014, quase um século depois, ocorre a aprovação do Plano Nacional de Educação, que prevê, por meio da Lei nº 13.005/2014, em seu artigo art. 13, que “O Poder Público deverá instituir, em lei específica, contados dois anos da publicação desta Lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação”.

Em Mato Grosso, desde 1998, com a promulgação da Lei nº 49, que estabeleceu o Sistema Estadual de Educação, em seu Capítulo II, da Gestão Única de Educação Básica das Redes Estadual e Municipal de Ensino Público de Mato Grosso, que orientou Estado e Municípios a tratar a Educação Básica nos preceitos de um regime de colaboração. Primeiro Estado no País a constituir regime unificado da educação, superando as redes de ensino e tratando a educação pública como responsabilidade comum dos entes federados.

Quero aqui lembrar o trabalho incansável dos educadores de Mato Grosso, os quais homenageio na pessoa do companheiro Carlos Abicalil, precursor da lei do sistema, apesar de esquecida nos últimos anos em nosso Estado, é um legado incomparável para todo o País. (PALMAS)

Nos últimos anos, o Governo do Estado de Mato Grosso não tem demonstrado evidências institucionais em relação à colaboração entre os entes federados.

Se observarmos alguns exemplos, como transporte escolar, programação de matrículas, entre outras ações, pode-se afirmar que as relações federativas no Estado de Mato Grosso estão prejudicadas.

Haja vista que o Município, o ente federativo mais frágil financeiramente, hoje assume a liderança na educação pública no âmbito municipal sem a parceria do âmbito Estadual.

Após observar a angústias dos gestores municipais, como Parlamentar, procurei entender o que estava acontecendo e, para minha surpresa, as relações federativas em Mato Grosso estavam invertidas. Em vez de receber apoio do ente estadual, os Municípios estavam sendo lesados, estão sendo lesados!

Os recursos do FUNDEB foram desviados durante o ano de 2017, prejudicando enormemente as gestões municipais.

Para compreender o que aconteceu em Mato Grosso, passaremos à apresentação dos dados pelo Consultor Edilson Spenthof.

Já convido, então, o Professor Edilson para proferir a sua palestra, ele que é ex-Secretário Municipal de Educação, ex-Secretário Adjunto da SEDUC de Mato Grosso, e também foi Consultor do Ministério da Educação em Brasília.

O SR. EDILSON PEDRO SPENTHOF – Boa tarde a todas e todos. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Está bom o áudio? ...Deu para ouvir bem?... Ok!

Gostaria de cumprimentar o Deputado Valdir Barranco, que propôs esta importante Audiência Pública; Deputado Ságuas Moraes, em nome dos quais eu cumprimento os demais componentes da mesa; dirigentes sindicais, Secretários Municipais de Educação, Prefeitos, estudantes, enfim, Vereadores. Uma mesa que representa bem toda a comunidade da educação pública básica.

Não tem como nós falarmos de relações federativas e qualidade da educação sem tratar de financiamento, sem falar de dinheiro, até porque nós não conseguimos fazer educação sem que haja recursos para custear todas as despesas de uma escola, para pagar profissionais, enfim, para fazer a manutenção de desenvolvimento do ensino.

Nós trazemos para cá o tema: o financiamento da educação pública básica em Mato Grosso e a quebra das garantias constitucionais por parte do Governo Estadual.

E por que nós estamos dizendo que é uma quebra constitucional? Porque a constituição determina o que cabe a cada ente fazer do ponto de vista de financiamento, quais as responsabilidades de cada ente. E no decorrer da nossa apresentação, ficará claro que aqui houve uma quebra constitucional em relação ao financiamento da educação. Especificamente, trataremos do desvio dos recursos do FUNDEB aos Municípios. E a SEDUC também, Sr. Gilmar, que é um fato novo que trazemos, porque até então o que se apontava... E eu próprio, quando comecei a estudar – eu não sou especialista nesse assunto, mas sou um estudioso do assunto, e sugiro a todos vocês que façam o mesmo, porque é importante saber como se financia a educação.

E vocês, estudantes, apesar da apresentação ser bastante técnica, prestem bem atenção, eu vou tentar usar um linguajar bem acessível para que vocês depois tirem as conclusões de todos os demais que estão aqui, se o que estamos falando na nossa apresentação inicial corresponde aos dados que apresentaremos ou não.

Então, para frente, meu amigo Gaspar! O primeiro passo, nós temos que entender a lógica do financiamento da educação pública básica prevista na Constituição Federal. Como é financiada a educação? O dinheiro cai do céu? Como isso funciona? Vamos explicar resumidamente de forma bem didática como isso funciona. Vamos lá, sem aprofundar muito, mas de uma forma que fique claro.

(O PALESTRANTE VISUALIZA OS DADOS NO *DATASHOW*.)

O SR. EDILSON PEDRO SPENTHOF – As fontes financiadoras da educação básica pública, de acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 212, que é onde trata desse assunto, dispõe que: “União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2008).” Guardem bem esse termo: manutenção e desenvolvimento do ensino.

“§ 5º Fonte adicional de financiamento: a contribuição social do salário-educação”, que agora está ameaçado pela reforma trabalhista, porque o salário educação tem relação direta com as relações de trabalho e, com a informalidade, tende a reduzir o recurso também para o financiamento da educação.

E ainda o art. 208, VII, trata de “Programas suplementares de alimentação e assistência à saúde – material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde – financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários”.

Vocês estão conseguindo enxergar bem? Está claro? Está meio... Porque talvez essa luz aqui... Se pudesse apagar ficaria melhor, não sei se tem condições.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Mas, fundamentalmente, vamos entender – passa para frente – e aí a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB, que é a Lei 9.934/96, no seu artigo 70, diz que as despesas que podem ser caracterizadas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, que é o quê? Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação, ou seja, o pagamento de profissionais, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações de equipamentos necessários ao ensino, o uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino, levantamentos estatísticos de estudos e pesquisas, visando principalmente o aprimoramento da qualidade de expansão do ensino, a realização de atividades meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino, concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas, amortização e custeio de operações de crédito destinados a atender ao disposto nos incisos deste artigo, aquisição de material didático escolar e manutenção de programa de transporte escolar, ou seja, tudo o que acontece diariamente nas escolas de vocês está previsto aqui, não tem como ser diferente.

A primeira pergunta é – prestem atenção, porque vocês vão entender a lógica do que nós vamos apresentar: os eventos citados anteriormente, aqueles que eu listei, como de manutenção e desenvolvimento de ensino, ocorrem no transcorrer do ano letivo ou apenas no final do ano?

Você está lá na escola durante o ano, e acontece de precisar pagar a energia, tem a manutenção da escola. Isso é só final do ano que acontece ou durante o transcorrer do ano, desde o início do ano letivo? Desde o início do ano letivo, não é? Portanto, o financiamento também tem que ser no decorrer do ano letivo.

Prestem atenção nisso, que vocês vão entender porque eu faço essa provocação mais à frente. Então, eu até cito dois exemplos: a remuneração dos profissionais da educação deverá ocorrer quando? Ao final de cada mês, ou somente no final do ano? Não tem jeito. A manutenção das instalações ou aquisição de equipamentos para um bom funcionamento de uma escola poderá ser feito somente no final do ano? No decorrer do ano? Então, prestem atenção que vocês vão entender por que essas minhas perguntas e as provocações.

E foi criado o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério. Ele foi criado pela Emenda Constitucional 53/2006, portanto, é derivado de uma emenda da constituição, conseqüentemente é constitucional, e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, então foi criado em 2007, por meio dessa lei.

O que é o FUNDEB? É um Fundo especial de natureza contábil e de âmbito estadual, portanto, Orlando, há um Fundo por Estado e para o Distrito Federal, você já sabe disso muito bem. Parte dos recursos vinculados à Educação Básica, 20% é destinado à composição do Fundo. Quais são os recursos? Agorinha nós vamos ver.

Outros 5% desses mesmos impostos de transferências são obrigatórios para a composição dos mínimos constitucionais para investimento em MDE que não são automáticos. Ou seja, daqueles 25% iniciais que nós falamos, o FUNDEB já aparta, já separa automaticamente 20%. Automaticamente cria um Fundo, e desse Fundo destinado aos Municípios, ao Estado e também à rede estadual, da forma como nós veremos daqui a pouco.

Também há outros 25% sob aquilo que nós chamamos de receita própria, sobre o IPTU, ISS, e outros impostos que não compõem a cesta, mas não é o objeto da nossa análise.

Por que o FUNDEB? Então, o FUNDEB foi criado... Ele contribui para a redução das variadas formas de desigualdades educacionais existentes, porque antes o ente que tinha mais arrecadação tinha condições de fazer, investir mais nas escolas da sua rede. Hoje, com o FUNDEB,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

quem pode mais, contribui mais com o Fundo, quem pode menos recebe mais do Fundo e contribui menos.

É o que acontece com a maioria dos Municípios mato-grossenses, por exemplo: eles recebem mais do fundo de outros entes que têm mais capacidade. É a lógica da equidade que também está aqui prevista. Estabelece então a equidade na distribuição dos recursos disponíveis no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com maior participação Federal no aporte de recursos, que antes também não ocorria.

Outra questão, pessoal, garante repasses financeiros automáticos simultaneamente à arrecadação dos impostos ou transferências. Arrecadou e transferiu. Arrecadou e transferiu, não há possibilidade de segurar o dinheiro, preste atenção nisso também.

Quais os impostos e transferências são considerados na composição do FUNDEB em cada Estado e Distrito Federal? O FPE, que é o Fundo de Participação dos Estados; o Fundo de Participação dos Municípios, que é o FPM; o imposto sobre produto industrializado proporcional às exportações, IPI; o imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços.

Quando eu compro uma camiseta, eu compro uma roupa, um sapato, enfim, tudo tem ICMS embutido. E parte disso vai para financiar a educação. Imposto sobre Produtos de Veículos Automotores, IPVA; Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, ITR, Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD. E a Lei Complementar nº 87, que é a famosa Lei Kandir, que não é objeto do nosso estudo aqui, mas deveria ser objeto de debate também, porque retira dinheiro aos bilhões do financiamento da educação em função da desoneração de produtos como a soja e outros produtos como as *commodities* de uma forma em geral.

Então, está é a origem dos recursos para formação do FUNDEB, os impostos de transferência, que eu citei, e a retenção.

Vinte por cento, automaticamente, de tudo que entra do ITCMD, ICMS, IPVA, assim por diante, tanto da parte dos Estados quanto da parte dos Municípios, porque os Municípios tem a sua cota-parte, automaticamente, são transferidos ou deveriam ser transferidos ao Fundo.

Quem é a unidade transferidora dos recursos?

Ora, paguei meu imposto. Vai para onde? Estado, SEFAZ, aqui no caso, Secretaria de Fazenda. Quem é a unidade transferidora deste recurso para o Fundo? Este órgão. Portanto, o Estado.

Os recursos dos Fundos, como diz o art. 16 da Lei do FUNDEB, serão depositados pelas unidades transferidoras, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, que realizarão a distribuição dos valores devidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Portanto, se arrecadou, separou 20%, tem que transferir imediatamente ao Fundo; e, por consequência, depois, a cada Município e à rede estadual de acordo com o número de alunos.

“Parágrafo único São unidades transferidoras da União, os Estados, o Distrito Federal em relação às respectivas parcelas do fundo, cuja arrecadação...” – quem arrecada é o Estado ou a União de toda essa cesta aí, não são os Municípios – “... disponibilização para distribuição seja de sua responsabilidade.”. É o caso do ICMS dentre outros.

E vocês vão perguntar: por que esse cara está só citando esse ICMS? Vocês já vão entender o porquê, porque o ICMS corresponde a 66% de todo o bolo do FUNDEB, pelo menos, aqui no Estado de Mato Grosso.

O Município, portanto, não é a unidade transferidora. Essa responsabilidade é do Estado.

Qual a periodicidade da transferência dos recursos aos Municípios?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Então, o Estado pegou, separou os 20%, passou ao Fundo. Com que periodicidade passa aos Municípios ou a rede estadual? Os recursos provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 16, ou seja, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

Então, eu poderia mostrar outros trechos da Lei, mas eu vou simplificar, isso significa que a parte do ICMS transfere semanalmente o FPE, FPM, IPI e o ITR decendialmente, a cada 10 dias.

A desoneração de exportações, que é a Lei Kandir, e a complementação da União mensalmente, e o IPVA e ITCMD, conforme cronograma de cada Estado.

Da transferência e da gestão dos recursos. O Poder Executivo Federal publicará, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigência no exercício subsequente, a estimativa da receita total dos Fundos; a estimativa do valor da complementação da União; a estimativa dos valores anuais por aluno no âmbito do Distrito Federal e de cada Estado e o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente.

Como é que funciona, depois que arrecadou o recurso para transferir para o Município e para a rede estadual? Por exemplo, “ah, vamos transferir com base no que nós achamos que deve ser transferido!”. Não. É com base na quantidade de alunos que o Censo do ano anterior apontou de cada ente, por etapa e modalidade. E aí se acha o coeficiente para ser distribuído para cada rede municipal ou para a rede estadual. Por que é importante saber isso? Porque eu tenho como prever no início do ano, e foi a partir da estimativa, Gilmar, que nós observamos na Portaria Interministerial que o Governo estava retendo dinheiro. Porque se tem uma estimativa para cada Estado e para os Municípios, quando você acompanha mês a mês e começa ter uma diferença muito grande, algo errado está acontecendo.

Em cada Estado, o valor total obtido pela somatória dos impostos e transferências vinculadas é dividido pelo número de matrículas registradas no Censo Escolar da Educação Básica do ano anterior naquela unidade da Federação; isso resulta no valor aluno/ano.

Distribuição dos recursos, eu já expliquei um pouco isso. É o seguinte: a Portaria Interministerial nº 08, de 26 de dezembro de 2016... Todo ano, no final do ano, o Ministério publica uma estimativa para o ano seguinte para cada rede estadual, para os Municípios daquele Estado, com base no volume arrecadado do ano anterior daquela cesta de impostos divididos pelo número de alunos do Censo daquele ano.

Qual é a estimativa com base na Portaria Interministerial nº 08, de 26 de dezembro de 2016, para 2017?

Vamos mostrar aqui qual era. O Governo do Estado tinha matriculado 397 mil e 184 alunos e a rede municipal, os 141 Municípios somados, era 351 mil e 674, em 2016, total 748 mil, ou seja, 53% Estado e 46% Municípios. A estimativa das receitas do FUNDEB para 2017 para o Estado era de 01 bilhão e 485 milhões e 797 mil e 815, e dos Municípios 01 bilhão e 277 milhões. Vou arredondar aqui: 02 bilhões e 763 do Estado todo.

E o valor aluno ao ano 03.367 é o computado *per capita*, ou seja, o que é considerado que cada Município irá receber durante o ano por aluno era esse valor em 2017. A partir disso tem os coeficientes por etapa e modalidade. Você achará para cada Município, também, a sua cota-parte, o seu coeficiente no FUNDEB.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Aí está um pouco complicado. São números, mas quero mostrar uma coisa que vocês entenderão, agora, o que aconteceu em 2017.

Aqui pegamos um Município que é o de Água Boa, de onde eu vim. Então, não tem problema nenhum eu falar, inclusive, esse número é público, esses dados são do *site* do Tesouro Nacional, qualquer um tem acesso. Aí peguei esse Município como exemplo do que aconteceu em 2017, onde detectamos que havia algum problema já a partir de março e abril. Ora, como eu disse, esses são os impostos e transferências que compõem a cesta do FUNDEB. Aqui nós temos mês a mês o que entrou em cada um para o Município de Água Boa. É lógico que o número de alunos é o que é considerado para efeito da distribuição de recursos.

Mas em cada Município dá para fazermos esse acompanhamento e observamos o seguinte: do FUNDEB e do FPE caíam mês a mês os mesmos valores, praticamente iguais, uma média de 121 mil, sendo FPM 100 mil, o ICMS 501.454,471 e, assim por diante, fazíamos o acompanhamento. Quando chegava dezembro, já em março e abril, observávamos que os recursos que estavam caindo na conta do ICMS eram menores do que em 2016. Ora, se a arrecadação do ICMS de 2017 era maior que em 2016, e se eu aparto 20% automaticamente, como é que no recurso do FUNDEB de cada ente estava caindo o valor?

De repente, Vinícius, chega dezembro e cai 01 milhão e 962 mil e 785 nesse Município ante uma média anterior de 471 mil, ou seja, bingo, 04 vezes mais que no mês de dezembro? Só tem uma explicação para isso: ou arrecadou 04 vezes mais de ICMS em dezembro, ou alguma coisa errada aconteceu.

Esse é o gráfico do que aconteceu!

Nós vemos que o FUNDEB cresceu esse, esse. Outros impostos de transferências 32%, 18% em dezembro, em relação à média, janeiro a novembro, de repente, 314%, 303%.

Detalhe, Deputado Ságua Moraes, é que no ITCMD eles fizeram a mesma coisa, que era algo que não tínhamos observado, que é aquele Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação, também.

Aqui, no Estado, a mesma coisa!

E o gráfico...

Pode passar, Gaspar.

Bom, para não nos chamarmos de irresponsáveis, fomos, então, conferir as receitas do ICMS para ver se, também, houve esse tipo de variação tão grande em dezembro, ou seja, de 300 a 316%.

E aí está a *performance* de toda a arrecadação do ICMS do Estado de Mato Grosso. Esqueçam, agora, o FUNDEB! É o ICMS como um todo, tanto do combate à pobreza, a parte do ICMS de combate à pobreza, a cota-parte dos Municípios; Renúncia Fiscal, 01 bilhão e 797 milhões, que não vamos tratar aqui, mas deveríamos tratar em outro momento; e o ICMS da cota-parte do Estado, 06 bilhões e 804 milhões, total 10 bilhões e 986 milhões.

Observem que mês a mês a *performance* é muito parecida. A média de 679 mil era o que vinha ocorrendo ao longo dos meses, portanto não houve uma variação de 314%, Deputado Valdir Barranco, em dezembro que justificasse que do FUNDEB caísse 314% a mais no mês. Suponha-se que havia uma retenção, mas para conferir melhor, vamos lá.

Fizemos o quê? Pegamos mês a mês, de janeiro a dezembro, fizemos o cálculo da arrecadação obrigatória ao fundo, ou seja, como deveria ser de acordo com arrecadação aqui e apartamos o 20%. Então, começa janeiro: 147 milhões, 127 milhões, 111 milhões, 117 milhões, 134

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

milhões, 150 milhões, enfim, tudo muito parecido e sem muita variação abrupta. Total: 01 bilhão e 837, que deveriam ser destinados ao fundo, Gilmar.

Agora, vejam como foi a distribuição à rede estadual e aos Municípios. É isso que eu quero que vocês prestem atenção. Aqui o total deveria ser 147 milhões, foram 131. Já ficou devendo 16 milhões, acumulados 16 milhões. Desculpe! Aqui arrecadou 127, deveria ter passado isso, e passou 117. A diferença do mês 10 milhões, total acumulado 27 milhões e assim sucessivamente.

Quando chegou aqui, Orlando, havia um déficit nas contas do Estado de 272 milhões e da rede Municipal, somado, 234 milhões, 506 milhões, 898 mil 316, que não foram repassados, conforme diz a lei como deveria ser. Tirem suas conclusões. Então, está aqui e chegou o último dia, 322 milhões, 820 de repasse.

Ora se não teve uma arrecadação que justificasse isso, como passaram 322 milhões? Não tem outro nome para isso. Estava segurando o dinheiro da educação de vocês, da manutenção da escola, do pagamento de professores e tudo mais que vocês possam imaginar.

Aqui é a *performance* de um ano para outro, mostrando que a arrecadação de 2017 foi melhor 5,52% que em 2016.

Isso é extrato de conta bancária.

Isso é o extrato de uma conta bancária do FUNDEB que está disponível no Banco do Brasil, qualquer um pode acessar as contas públicas para não dizer que o Edilson está falando besteira. Esse extrato é do Município de Água Boa que eu falei. Está aqui! Toda *performance* do ICMS, em amarelinho – sei que está muito ruim para enxergar. Nos dias 26 e 27 arrecadou 01 milhão, 673 mil, de um total de 01 milhão, 962 mil daquele mês de dezembro. No apagar das luzes, distribuiu-se o que faltou. Pior, né, que nos últimos dois meses, dias do ano. Como é que faz para fazer algum ajuste de contas? Oitenta e cinco por cento de tudo, dos 300% a mais foram transferidos nos últimos dois dias.

Também, no Estado é a mesma coisa! Está disponível e qualquer um pode observar.

Justificativas do Governo Estadual: “O ex-Secretário de Fazenda, Gustavo de Oliveira, afirmou que a dificuldade financeira do Estado de Mato Grosso é a responsável pelas retenções ocorridas ao longo de 2017 dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Preciso explicar as razões que levaram a isso!”, argumentou. O ex-Secretário rechaçou o uso do termo “retenção” para tratar do ocorrido com o fundo: “Foi um atraso no repasse”, afirmou.

“Todos os atrasos foram causados por insuficiência financeira. É isso que a gente tem que debater. Não adianta só debater sintoma, mas também as causas disso e propor saídas”.

Além de apontar retenção no valor de 331 milhões – já estou indo para o finalmente – a CGE afirmou, também, que não constatou desvio de finalidade, pois o valor deixou de ser depositado no Fundo, e, conseqüentemente, não foi enviado aos Municípios, para cobrir gastos da Secretaria de Estado de Educação. Poxa, esse relatório tentou justificar o injustificável, e nós vamos mostrar à frente.

Foi feito um contorcionismo da Controladoria-Geral do Estado para tentar explicar o inexplicável – tempo esgotado, já estou terminando – e fizeram esse Relatório de Auditoria nº 007/2018, a pedido do Secretário de Fazenda, para ver se os repasses arrecadados pelo Estado para formação do FUNDEB obedeceram as normas vigentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Eles mostraram a fonte dos recursos, aí faço a minha análise do relatório deles, e esqueceram uma série de coisa e eu provo.

Eles disseram que, das transferências para a conta do FUNDEB, aliás, eles consideram apenas parte do ICMS, do IPVA, do IPI Exportação da parte do Estado, Sr. Orlando, não se esqueceram da transferência da cota-parte dos Municípios, que eles também têm que transferir para a conta do Fundo. Com isso, se esqueceram de considerar 528 milhões e 906 mil reais.

Então, o total da transferência que eles consideraram, que foi de 01 bilhão e 891 milhões de reais, na verdade, deveria ter sido de 02 bilhões e 420 milhões de reais. O IPVA só consta 10%, e eu pergunto: e a parte dos Municípios? Porque a soma da arrecadação do IPVA tem que ser 20%, Sr. Mequiel, e não considerou os 20% sobre a cota-parte dos Municípios.

Os valores devidos e arrecadados, que eles mesmos constataram uma enorme diferença...

As constatações do relatório. Quero que vocês observem comigo as 03 conclusões deles: primeiro, eles dizem, na página 21, “Como observado, a partir da competência de abril/2017 os recursos distribuídos pelo FUNDEB ao Estado (leia-se, rede estadual)...” – eles se esqueceram das redes municipais, e aí nos ajudaram, porque até então ninguém estava apontando o problema do Estado, eles acusaram esse problema, Gilmar, constatado por nós agora – “... tendo por base o censo escolar, conforme definido pela Lei 11.494/2007, tornaram-se insuficientes para cumprir com as despesas realizadas se comparadas com os saldos não repassados para formação do fundo demonstrados no Quadro 7 Valores devidos pelo Estado conforme arrecadação x valores repassados para formação do FUNDEB.”, relatório deles. E nisto aqui eu concordo, discordando que eles esqueceram da parte dos Municípios.

Disseram mais: “No mês de novembro/2017...” – Deputado Ságuas Moraes, olha só que constatação – “... o Quadro 11 demonstra insuficiência de 375 milhões e 600 mil e 949 reais, e no quadro 7 demonstra a ausência de repasse para formação do Fundo acumulado em 319 milhões de reais.”

Mas aí vem a conclusão final do Relatório da CGE, e quero que vocês observem que fábula! Com todo respeito, há muitos técnicos lá que conhecemos e devem ter feito outro relatório. Não é possível! A conclusão deve ter sido obrigada.

“Houve diferenças entre o valor devido e repassado em cada decêndio, sendo compensado em decêndios seguintes dentro do próprio mês ou em meses seguintes.”

Poxa! É para passar imediatamente, mas aí foi compensado nos decêndios seguintes e vimos aqui quase tudo no final.

“Entretanto, não constatamos desvio de finalidade.” Uai! Se o repasse é automático, eles mesmos dizem que é automático e não foi feito, como é que não houve desvio de finalidade?

“Uma vez que os recursos não transferidos para a formação do FUNDEB” – atestou o crime, porque aqui diz que não transferiu – “... enquanto permanecerem sob o poder do Estado...” – quem? SEFAZ? Não era a SEFAZ que tinha que ter o recurso – “... foram repassados a Secretaria de Estado de Educação...” – como apontado anteriormente, não foram, eles mesmo disseram que não foram – “... e foram aplicados no custeio das despesas vinculadas ao fundo.” E eu pergunto, Orlando, quando? Nos últimos dias do ano? Nos últimos dois dias do ano? Nos termos do artigo 21, tá, tá, tá... Mais contraditório, impossível!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Para finalizar: Penalidades, aqui estou dizendo das penalidades previstas. Não vou me ater a isso, porque o tempo já se esgotou.

O que dizia o Governador em relação às pedaladas fiscais?

MídiaNews, processo contra a Dilma, 15/12/2015, 11h44. Aqui está o *link*.

Pedro Taques reafirma apoio ao impeachment e rejeita golpe, “o PSDB é favorável ao cumprimento da Constituição. Quem comete crime fiscal deve ser afastado”, diz o Governador.

“O meu Partido, o PSDB, é favorável ao cumprimento da Constituição. Quem faz pedalada fiscal, quem comete crime fiscal deve ser afastado”, diz o Governador.

Muito bem! Então, vamos para frente.

“O conceito pedalada fiscal, segundo o termo, foi utilizado em referência à prática de Governos de atrasar repasses a bancos públicos, de modo a cumprir metas de previsão orçamentária praticadas desde o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e utilizados unicamente com a justificativa para cassar o Mandato da Presidente Dilma.”

Nunca mais vocês vão ouvir falar de pedalada fiscal para derrubar algum Presidente.

O que aconteceu com os recursos do FUNDEB? É apenas uma pedalada? É a pergunta que eu repasso para todos vocês.

“Não repassou o que era devido ao Fundo.” Isso é pedalada? “Utilizou-se dos recursos pertencentes aos Municípios para outros fins; negligência no oferecimento de ensino obrigatório; não cumprimento do reajuste e ganho real aos profissionais da educação da rede estadual, alegando falta de recursos.”

Aí, Gilmar, tinha grana para pagar tanto a RGA quanto o aumento real e prejudicou milhares de estudantes e profissionais da educação de todos os Municípios de Mato Grosso, como apresentado aqui. A não ser que vocês concordem que, se eu passar o dinheiro devido ao Município de rede estadual, pode ser passado nos dois últimos dias do ano.

Então, a única coisa que podemos exigir é a coerência entre discurso e prática. Né, Deputado Valdir Barranco? E esse estudo, provavelmente, vai servir de subsídio para as ações cabíveis e necessárias junto aos órgãos fiscalizadores e, enfim, a quem compete fazer a análise dessas contas.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Edilson.

Quero convidar para compor a mesa conosco a Professora Maria Lúcia Cavalli Neder, doutora em Educação e, também, ex-Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso; o Sr. Geraldo Grossi Júnior, Presidente do Conselho Municipal de Educação, para substituir na mesa o Alex Vieira, que é o Secretário Municipal de Educação de Cuiabá e teve que se retirar.

Convido a Professora Flávia Nogueira, doutora em Ecologia e Recursos Naturais do Instituto de Biociência da UFMT, para proferir a sua palestra.

Enquanto a Professora Flávia vai se organizando, quero agradecer a Sr^a Elza Maria de Araújo Rodrigues, Tesoureira do Fórum de Mulheres Negras do Estado de Mato Grosso; ao Sr. Luís Braz, Vice-Prefeito do Município de Juína; a Sr^a Amaziles Eletto, a Tuita, Vereadora de Castanheira; ao Amilton da Silva Amaral, Secretário Municipal de Educação de Novo Horizonte do Norte; a Sr^a Tatiane Lebre Dias, Diretora do Instituto de Educação da UFMT; ao Manoel Silva, Secretário do Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial de Mato Grosso; ao Adair José Schneider, Secretário Municipal de Educação de Tabaporã; ao Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde - SISMA; ao João Dourado, nosso Presidente da Central

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Única dos Trabalhadores de Mato Grosso; ao Antônio Wagner, Coordenador do Fórum Sindical; a Alice Ferreira, Diretora do SINTEP de Várzea Grande; a Cezarina Benites Santos, Secretária Executiva da União Nacional dos Dirigentes da Educação Municipal - UNDIME; Luiz Felipe Souza Andrade, Presidente do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Zélia Costa de Almeida; a Evelin Gomes Duarte, Presidente do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior; Caio Vítor Soares, Presidente do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Doutor Estevão Alves Correia de Cuiabá; Aparecida Pereira da Silva, Membro do Movimento 13 de Outubro; Henrique Almeida, Coordenador Geral do Coletivo para Todos.

Com a palavra, a Professora Flávia Nogueira.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA – Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar de forma especial o Deputado Valdir Barranco, agradecer pelo convite e elogiar pela iniciativa, porque eu acho da mais extrema importância discutirmos as relações federativas da educação brasileira; cumprimentar o Deputado Ságuas Moraes, do meu lado, demais autoridades e representações presentes na mesa, todos vocês, estudantes, professores, comunidades escolares e comunidade da educação de Mato Grosso que se fazem presente nesta tarde.

Para falarmos sobre relações federativas e tentar entender o que significa isso, o que significa o Governo Federal, o Governo do Estado, os Governos Municipais trabalharem juntos para garantir o direito de acesso à educação de qualidade que todos temos, não só vocês, todos os brasileiros têm, inclusive aqueles que não estudaram na idade própria, mas precisam e querem completar seus estudos, todos têm esse direito, a Constituição brasileira é muito clara, ela fala que todo mundo, todos os entes federativos têm que trabalharem juntos. Então, é competência comum, da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, que têm que trabalhar de forma sistêmica, de forma articulada.

Mas a nossa legislação por outro lado, embora ela diga isso, ainda tem uma série de lacunas, porque não basta dizer só como a legislação fala hoje, que o Estado tem prioritariamente que oferecer o Ensino Médio, o Município prioritariamente o Ensino Fundamental e a Educação Infantil. É preciso, como diz o nosso caro mestre Carlos Abicalil, ir além.

Nós precisamos cobrir lacunas na legislação para definir, além de quem faz o quê, com que condições vai fazer, com que dinheiro vai fazer, com que regra vai fazer, quem vai fazer essas regras, quem vai deliberar sobre isso, quem vai tomar as decisões. E ainda existem muitas falhas na nossa legislação.

Então, a nossa Constituição diz que precisamos ter uma legislação, uma lei, que se chama lei complementar, que vai especificar a obrigação de cada um para que nunca aconteça esse tipo de coisa trágica que o Edilson acabou de nos mostrar.

Quer dizer, nós precisamos ter muito claro quais são as obrigações de cada ente federativo e quais são as penalidades para quem não cumpre essas obrigações.

Então, para que isso aconteça, precisamos de uma organização mais sistêmica, precisamos definir melhor quem faz o quê, como faz, com qual regra e com qual dinheiro etc. Isso significa construir uma coisa chamada Sistema Nacional de Educação.

Por que é que nós temos o SUS, por exemplo, no Brasil e não temos o SUS da educação? Por que é que nós temos tantos sistemas integrados de políticas públicas que funcionam e não temos um sistema desse tipo na educação? Nós não temos porque no Brasil a educação sempre foi tratada de forma que chamamos de dual. Quer dizer, a escola pública tem um tipo de tratamento e escola privada tem outro tipo de tratamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Isso é errado. Nós precisamos vencer isso.

Outras razões são razões políticas, do tipo: o Município é autônomo e não quer abrir mão do poder que ele tem, o Estado é autônomo e ele não quer abrir mão do poder que ele tem.

Se chegarmos ao Estado, por exemplo, e dissermos para o Estado: você não vai mais mandar no FUNDEB desse jeito, você vai ter que fazer de outra maneira – e para isso teria que mudar a legislação –, pode ser que ele não queira, porque ele perde poder, não tem como fazer, e algumas ações que vão melhorar a quantidade de recurso que ele tem e vai repassar menos para os demais entes federativos e também por razões financeiras, quem tem mais recurso, tem mais poder.

Ninguém quer abrir mão de nada. Por essa razão estamos há muito tempo, estamos há 30 anos – a nossa Constituição está fazendo agora 30 anos – atrasados e não temos essa regulamentação pronta.

Por isso aqui em Mato Grosso, embora a nossa Constituição diga que temos que construir um sistema único, no qual o estudante não é estudante do Município, não é estudante do Estado, ele é estudante da escola pública, e todos têm que trabalhar de forma articulada para a garantia desse direito, infelizmente não conseguimos avançar, porque temos essas travas ainda na legislação.

Isso faz com que tenhamos descontinuidade nas políticas, fragmentação nos Programas, cada Programa ataca por um lado, define e trata de problemas de forma fragmentada, não de forma sistêmica, tem descompasso entre o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal, como acabamos de ver aqui, tem ausência de referenciais nacionais de qualidade. Quer dizer, hoje ainda não sabemos e não conseguimos definir o que é a qualidade que tem que ser minimamente nas escolas brasileiras, em todo o território nacional e temos principalmente um Plano Nacional de Educação que foi aprovado, que não tem recurso garantido no orçamento federal, nem nos Estados, para conseguirmos cumprir, então, todas aquelas metas que foram colocadas lá.

Então, esse desafio é um desafio histórico, presente há muito anos no Brasil e, a partir do governo Lula, começamos a discutir isso de forma muito intensa.

Nós conseguimos trazer esse tema para o cenário do debate nacional, colocando o tema do Sistema Nacional de Educação e do Plano Nacional de Educação, em todas as conferências de educação que foram realizadas.

Realizamos conferências sobre educação básica, educação indígena, educação profissional, as CONAEs, todas as conferências trouxeram esse tema, e todo Brasil, desde a escola até a Conferência Nacional, todo mundo teve oportunidade de discutir.

Fizemos aqui em Mato Grosso trabalhos muito intensos de debates sobre o Sistema Nacional de Educação, desde a CONEB em 2008, no sentido de entender o que significa isso e sobre a necessidade de fazer um sistema como esse no Brasil.

Mas não ficamos só nesse debate. Nós criamos também dentro do Ministério da Educação uma Secretaria que cuidava especificamente disso, é a Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino.

Quem concebeu, quem criou, quem estruturou essa secretaria, foi o nosso querido Professor Carlos Abicalil e ele tinha como norma, como regra, como princípio primeiro, o diálogo aberto e muito intenso com Estados, Municípios, com representações sociais, com toda comunidade escolar e pessoas que trabalham e lidam com educação no dia a dia das escolas brasileiras no sistema de ensino no Brasil.

Isso também nos levou a um tempo muito promissor, muito propício para o estabelecimento de vários programas no Governo Federal que refletiam essas iniciativas de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

colaboração como o Plano de Ação Articulada, o Plano Nacional de Formação de Professores, vários programas, vários projetos dentro do FNDE, dentro da Secretaria de Educação Básica, do INEP, da SECADI, que são Secretarias estruturas do Ministério da Educação.

Então, vivemos um período bastante promissor nesse sentido, partindo do princípio que tínhamos que trabalhar muito para aprovar um Plano Nacional de Educação que fosse realmente ajudar a educação em cada Município a avançar.

A nossa Secretaria se estruturou, criando uma rede nacional de assessores para que esse trabalho acontecesse no território de cada Município, conseguimos montar essa rede, essa rede passou a funcionar de forma articulada, trabalhando com Prefeitos e com Governadores, fizemos um trabalho em cada Estado de acordos tripartite entre a União, Estados e Municípios e nós conseguimos fazer com que esses planos fossem aprovados com material próprio para todo mundo estudar, entender, compreender e poder participar de forma democrática da construção desses planos da educação.

Nós partíamos também do princípio que precisamos colocar em prática diretrizes nacionais de carreira para valorizar os profissionais da educação; não conseguimos ter muito avanço nesse sentido, considerando que esse trabalho foi interrompido em 2016, mas tem muito material pronto e tem uma rede também implantada que pode trabalhar nesse sentido.

Nós não temos um Sistema Nacional de Educação ainda, mas temos uma proposta de gestão, uma proposta que está pronta para ser discutida no Congresso Nacional junto com o Deputado Ságuas Moraes, que apresentou um Projeto de Lei e articulação com Ministério de Educação há época, e temos o PLC 413; acho que o Deputado vai falar um pouco sobre ele aqui. Projeto de Lei Complementar.

E assim, sempre trabalhamos muito com esse princípio de fazer articulação sempre tripartite, sempre União, Estado e Municípios, então, as decisões sempre são em esfera tripartite, com diálogo prioritário com conselho e fóruns de educação, sempre enfrentando de forma muito intransigente questões polêmicas, importantes para o desenho do sistema como, por exemplo, o desenho do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB.

Nós vimos que o FUNDEB é fundamental para sustentar o financiamento da Educação Básica, mas o FUNDEB representa pouco mais de 60% do dinheiro que tem que ser investido na educação, o resto desse recurso fica muito na dependência, o que cabe a unidade da Federação, ou cada ente federativo deseja fazer, e nós achamos que isso tem que melhorar, que o sistema de suplementação do Governo Federal também precisa melhorar.

Então, tem muitos aspectos que precisam ser discutidos e nós começamos com a discussão do curso de aluno qualidade, discussão dos arranjos, do desenvolvimento da educação, o papel do conselho de educação, o Sistema Nacional de Educação que não pode ser um sistema que vai só averiguar se o estudante sabe ou não sabe português e matemática, nós temos que ter um sistema nacional que considera as condições e ofertas de ensino, condições de trabalho do profissional.

Nós temos ainda que avançar, muitos são temas polêmicos que sempre procuramos enfrentar de forma tranquila, como, por exemplo, a questão do Projeto de Lei sobre a Responsabilidade Educacional e tantas outras coisas.

Somente para sintetizar e poder passar as palavras para os demais participantes aqui da mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Gostaria de dizer que, em 2016, quando esse trabalho todo foi interrompido, nós já tínhamos muitas coisas prontas e avançadas, e que, se nós não nos qualificarmos para continuar esse debate, iremos perder muito mais terrenos do que nós já perdemos até agora.

Nós estamos vivendo um momento de redução de direito, não de ampliação, nós temos uma proposta de Custo/Aluno/Qualidade que reflete todo o problema do financiamento em disputa, e nós precisamos nos envolver nessa discussão para ganhar essa discussão de conseguir melhorar a qualidade no Brasil.

O novo FUNDEB é um tema em disputa, o sistema nacional de avaliação é um tema em disputa, o Plano Nacional de Educação - PNE sem garantia de financiamento é um problema grave que nós temos que enfrentar, enfim, todas estas questões nos levam ao grande desafio de não abandonar a luta de forma nenhuma.

Mas, por outro lado, também qualificar um pouco mais o nosso debate, nós precisamos fazer como nós fizemos agora, especificamente com esse ponto do FUNDEB, que é entender muito bem, entender direitinho o que está acontecendo, porque dessa maneira nós conseguiremos fazer um debate bastante qualificado, nessa trincheira de luta que não podemos abandonar, e temos que permanecer nela.

Isso que eu tinha para dizer; agradeço a atenção e estou à disposição, se tiver alguma pergunta, falei tudo muito rápido, uma vez que tem bastante gente para falar. Eu agradeço o convite, mais uma vez parabeno o Deputado pela iniciativa. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Flávia.

Quero convidar a Professora Maria Lúcia Cavalli Neder, Doutora em Educação e Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, para sua fala.

Saudar aqui Vereador Pedro Condão, Presidente da Câmara Municipal de São João do Xingu; a Verônica da Silva Santos, Diretora da Escola Municipal Comandante Fontoura de São José do Xingu; Professora Enelinda Escala, Vice-Presidente do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso.

Com a palavra, Professora Maria Lúcia.

A SR^a MARIA LÚCIA CAVALLI NEDER – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, meus agradecimentos e cumprimentos ao Deputado Valdir Barranco, compreendo ser de maior importância as discussões que estamos realizando nesse momento, em nome do nosso Deputado Ságuas Moraes, nosso baluarte da resistência de Mato Grosso no cenário nacional; quero cumprimentar a todos os integrantes da Mesa.

Eu fiz apenas algumas considerações, porque o nosso tempo é muito curto, mas quero dizer que, no momento em que as energias políticas do Governo Federal são maléficas, se canalizam para retirada dos nossos direitos, a construção, a implantação no Sistema Nacional de Educação deve fazer parte das nossas lutas.

E por que a importância desse sistema, dessa construção que nós coletivamente devemos participar ativamente? Primeiro, porque temos que compreender que a educação tem que ser vista sempre como investimento social e político. A educação é o bem maior que o povo e uma nação podem ter. Sem educação não é possível falar em desenvolvimento nacional, em desenvolvimento regional, em desenvolvimento local. Portanto, a educação é o cerne, a educação é o centro, a educação é a sustentação de um País que quer ser desenvolvido.

O segundo ponto dessa luta, porque embora tenhamos avançado muito nos últimos anos principalmente no Governo do ex-Presidente Lula e da nossa ex-Presidente Dilma Rousseff deposta...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

A SR^a MARIA LÚCIA CAVALLI NEDER – ...por essas forças maléficas, embora tenhamos avançado nos últimos tempos, nós sabemos que principalmente em termos da melhoria do índice de aprendizagem do 1º ano ao 5º ano, melhoramos os nossos índices, melhoramos a questão da entrada nos anos iniciais, quase chegando à universalização das nossas crianças, nós melhoramos também em termos de ofertas de vagas.

Eu estou vendo os jovens que estão às portas das universidades e aqui não há como negar o avanço que este País teve com o ex-Presidente Lula e a ex-Presidente Dilma Rousseff, porque saímos de 43 universidades federais para 65.

E antes da ex-Presidente Dilma Rousseff sair, deixou mais 04 ou 05 encaminhadas e entregues os seus projetos no Congresso Nacional, portanto, estamos beirando quase 70 universidades com mais de 20... Portanto, só para vocês terem noção do que isso significa, em 08 anos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós não criamos nenhuma universidade neste País, e para que vocês possam entender o que significou.

Nós triplicamos o número de vagas nas universidades federais. Nós criamos as cotas para que, pela primeira vez, o jovem pobre da classe trabalhadora, das escolas públicas pudesse chegar à universidade. Criamos o FIES, o PROUNI para que vocês pudessem, para além das vagas nas federais, chegar às universidades deste País. (PALMAS)

Só para que vocês tenham um exemplo, a nossa Universidade Federal fez uma ampliação, nos 50 quase anos que tem de vida, 45 anos de vida, nesses anos do ex-Presidente Lula e da ex-Presidenta Dilma, saímos de 77 cursos de graduação para 106, sem contar a Educação à Distância, saímos de 18 cursos... (PALMAS)... de pós-graduação, *stricto sensu*, mestrado e doutorado para 64 cursos na universidade, implantando pela primeira vez, nos *campus* do interior, mestrado e doutorado, que até então não existia.

Só para que possamos entender o crescimento que nós vimos acontecer neste País nos últimos anos, triplicamos o investimento nas universidades públicas. Só a Universidade Federal saiu de R\$ 300 milhões para R\$ 750 milhões. Sabe quantos prédios, só na minha gestão de 08 anos, conseguimos fazer, Deputado Valdir Barranco? Até eu duvido da nossa capacidade, 215 prédios, melhoramos os nossos investimentos em laboratórios. (PALMAS)

Então, nós não podemos negar, tivemos um crescimento sem igual. Também eu tenho certeza que os nossos companheiros da Educação Básica... Temos um pecado no Brasil, não avançamos no que devíamos avançar na Educação Infantil, porque a nossa luta é da Educação Infantil à pós-graduação. Mas, apesar disso, estamos avançando bastante; porém só atingimos 17% de vocês, jovens de 18 a 24 anos, na universidade.

É muito pouco, os nossos vizinhos Argentina, Chile, e todos os outros que estão nas nossas fronteiras, estão com 30%, e babem de inveja... Eu falo que inveja é um pecado colocado pela Igreja Católica, mas, inveja boa você tem que ter. Na Coreia, 80% dos jovens estão nas universidades, isso é um País desenvolvido, é para lá que temos que caminhar. (PALMAS)

Agora, apesar de tudo isso, nós temos 2,5 milhões de crianças fora da escola, sendo que 01 milhão é de jovens entre 15 e 17 anos. Nós temos 55% das crianças de 08 anos no final do terceiro ano do Ensino Fundamental que ainda não sabem ler e escrever.

Esse é um problema que teremos que enfrentar, porque não adianta pôr a criança na escola, é preciso que a escola seja competente o suficiente para ensinar aquilo que ela precisa aprender. E aqui quero dizer... Você me corta quando chegar o momento, Deputado Valdir Barranco, porque professor fala bastante, pretendo falar só 10 minutos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Mas aqui eu queria abrir só um parêntese, muitas vezes, nós discutimos essa coisa da escola sem partido, escola tem que ter Matemática, Português, História, Geografia, Física, Química e Matemática. É óbvio. Escola é para isso, mas escola também precisa mostrar como é a realidade econômica e cultural do povo do Brasil, problema das diferenças, problema da pobreza, a escola tem que ter partido, o partido da maioria do povo brasileiro. (PALMAS)

Dos alunos que concluem o Ensino Médio, 7% apenas sabem Matemática; só 28% sabem Língua Portuguesa. Então, nós temos que caminhar muito. Na comparação internacional, no PISA de 2015, nós estamos entre os 10 piores sistemas educacionais. É uma vergonha.

Então, para terminar, os números, poucos, que foram trazidos aqui apontam para um cenário desafiador; que também revelam que, sem mudança de rota – mas uma mudança contundente –, nós estaremos suprimindo qualquer chance de um futuro melhor para vocês jovens deste País.

Não se pode mais continuar negligenciando o problema e não dando a ele a devida prioridade política para que se efetive um processo de mudança essencial para o desenvolvimento do País. É preciso implantar para valer o Sistema Nacional de Educação, e dentre as ações prioritárias: o financiamento.

E aí nós já temos uma luta na porta, a Emenda nº 95, que proíbe o financiamento para os próximos 20 anos quando nós temos que continuar expandindo as universidades, quando temos que continuar expandindo a escola de Educação Infantil, quando nós lutamos pelos 10% do pré-sal, nesse momento, estão vendendo a PETROBRAS. Quer dizer, estão vendendo as nossas riquezas que eram as nossas perspectivas de futuro. Nós precisamos de financiamento. Então, a Emenda nº 95 é nociva à educação brasileira.

Nós precisamos dos compromissos. E, na hora das eleições, nós temos que pedir para que todos os candidatos se comprometam com o ente federativo que irá representar essa questão. A continuidade da expansão com ênfase na qualidade. Nós, agora, temos que ser intransigentes, currículos consistentes.

E aí, eu lamento o que fizemos com os nossos indicadores para os currículos; a formação de professores, que deve ser permanente; a questão da carreira e salário, porque não existe educação de qualidade sem salário digno para nossos professores; um sistema de acompanhamento e avaliação que pegue cada criança desde a Educação Infantil, mês a mês, bimestre a bimestre, trimestre a trimestre, e que faça o acompanhamento e avaliação para ver se ela está aprendendo.

Por último, agradecendo, mais uma vez, e dizer: sem educação não há futuro, sem educação não haverá uma grande nação.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Professora Maria Lúcia pela sua contribuição na nossa Audiência Pública.

Com a palavra, o nosso querido Deputado Ságuas Moraes.

O SR. SÁGUAS MORAES – Eu quero saudar cada uma e cada um, em especial o Deputado Valdir Barranco, que proporcionou essa Audiência Pública para debatermos a educação.

Esse tema é fundamental na vida de cada um de nós. Certa vez, eu estava num encontro da UNICEF em Buenos Aires, na Argentina, e um pesquisador chileno disse o seguinte... Ele, buscando em vários estudos realizados mundo afora, constatou que a pessoa só sai da condição de miséria, de dificuldade ou consegue superar seus pais a partir do 14º ano de escolaridade. Ou seja, nós até o Ensino Médio completamos 12 anos de escolaridade. Portanto, ele dizia, pelo menos, um curso de tecnólogo, de preferência um curso superior.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

No Brasil, até o Governo do Presidente Lula, nós tínhamos 11% apenas de acesso ao Ensino Superior e pouquíssimas possibilidades de acesso ao ensino técnico. O curso técnico também garante a possibilidade do nosso jovem se qualificar para o mercado de trabalho e melhorar ainda mais a possibilidade de se qualificar para o ingresso à universidade.

Diante disso, não resta outra possibilidade que não seja debater, aprofundar ainda mais sobre essa questão do ensino em nosso País. Mais do que debater ensino básico, Ensino Superior, nós temos que debater a qualidade do ensino em nosso País. Nós merecemos, nós queremos o ensino de melhor qualidade.

O Presidente Lula, quando assumiu, havia 03 milhões e meio de universitários no Brasil. Quando a Presidente Dilma Rousseff foi golpeada, nós tínhamos 07 milhões e 200 universitários. Mais do que dobrou a quantidade de vagas de universidades em um período de 13 anos e meio. Levaram 503 anos, desde 1500, do descobrimento do Brasil, até 2002, na verdade 502 anos, para propiciar a possibilidade de 03 milhões e meio de vagas de cursos universitários. E em apenas 13 anos, nos governos Lula e Dilma, mais do que dobrou a quantidade de vagas nas universidades. Criou-se o PROUNI, que garantia um milhão de vagas para jovens exclusivamente das escolas públicas; criou-se o FIES, que garantiu financiamento para 02 milhões de jovens deste País.

Em 1909, foi inaugurada a primeira escola técnica no Brasil, a primeira escola técnica federal, e até 2002, antes do Governo Lula, havia 140 escolas técnicas federais. O Presidente Lula criou 208 escolas técnicas e a Presidente Dilma Rousseff criou 220 escolas técnicas federais.

Portanto, em um período de 13 anos e meio, nós saímos de 140 escolas técnicas federais para mais de 500 escolas técnicas federais... (PALMAS). E houve uma mudança no perfil dessas escolas, além do curso técnico, elas também passaram a ofertar o Ensino Superior. Portanto, as escolas técnicas viraram universidades também.

Então, quando falamos da possibilidade, da esperança para os nossos jovens, de criar política para a juventude, de criar melhores condições de vida para os nossos jovens para que ele possa ter uma qualidade de vida melhor para si e os seus familiares, nós obrigatoriamente passamos pela educação.

Na Constituição de 88, o art. 211 diz o seguinte... Há 30 anos, foi escrita a Constituição de 1988, no art. 211: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.”

No § 1º, do art. 211, diz o seguinte: “A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva...” – Ou seja, passar dinheiro, melhor distribuir o dinheiro entres os Estados e Municípios – “... de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade...”

Na Constituição de 88, escreveram que a educação tinha que ter um padrão mínimo de qualidade, o que não foi respeitado ao longo dos anos, “... do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.”

Também no art. 23, fala que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios...” – ainda na Constituição de 88 – “... promover o acesso à cultura, à educação e à ciência.

“Parágrafo único As Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

E o Plano Nacional de Educação, um Plano que foi discutido no chão das escolas, nos Municípios, nos Estados... Criou-se uma Lei Federal que se chama Plano Nacional de Educação, que tem 20 metas, que fala desde a formação continuada dos profissionais, da valorização dos professores, da melhoria dos equipamentos nas escolas, da melhoria da condição estrutural das escolas, de mais laboratórios, enfim, fala de tudo o que é necessário para se ter uma educação de qualidade.

Esse Plano Nacional de Educação foi debatido em cada Município, em cada Estado, e quando chegou à Câmara dos Deputados, em 2011, recebeu 2.900 emendas. Portanto, o Plano Nacional de Educação é a lei que dará o norte para a educação brasileira, é a lei que aponta como faremos uma educação de qualidade. Mas, aí nós temos 20 metas, como eu disse, e várias estratégias de como atingir aquelas metas.

Infelizmente, poucas metas foram cumpridas, poucas estratégias estão sendo cumpridas, e o atual Governo, esse Governo golpista que aí está, do Michel Temer, apresentou a PEC 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos no País, ou seja, vai congelar investimentos por 20 anos na educação, na saúde, na segurança pública, na infraestrutura do País, geração de emprego e renda.

Então, um governo que fala que vai congelar investimentos não é digno do nosso respeito, não é digno de sonhar com um País melhor para a nossa juventude, para a população brasileira como um todo. (PALMAS)

E nós apresentamos, diante dessa situação, do que já previa a Constituição, que está escrito no Plano Nacional de Educação, que acabei de dizer a vocês... No Plano Nacional de Educação também prevê um regime de colaboração entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios.

Nesse regime de colaboração, ou seja, não vamos discutir educação isoladamente. A Dr^a Flávia acabou de dizer que cada um está discutindo em seu canto, cada um não quer abrir mão do seu orçamento, do seu dinheiro, para fazer uma educação... Se juntássemos todo esse dinheiro num bolo só, talvez fizéssemos uma educação melhor; e, se todo mundo discutir junto, isso vai dizer para o Governo Federal que falta mais dinheiro, que nós temos que colocar mais dinheiro.

Então, o Plano Nacional de Educação prevê a criação do Sistema Nacional de Educação, em que, dentro do regime de colaboração, os Estados, os Municípios e a União discutirão qual o melhor caminho para educação.

Então, nós apresentamos esse PLC, que é o 413/2014, que cria o Sistema Nacional de Educação. E também no Sistema Nacional de Educação, na meta 20, que fala do financiamento, está previsto que a forma que nós vamos calcular o valor necessário para garantir uma educação de qualidade, para aquisição dos insumos, ou seja, melhorar a estrutura da escola, para construir a quadra coberta, para construir os laboratórios que faltam na escola, para construir todos os equipamentos necessários para educação, para dar formação continuada aos professores, para garantir um salário digno ao professor, para garantir um plano de carreira aos profissionais da educação...

Então, criou-se o CAQi, que é o Custo Aluno-Qualidade. O Custo Aluno-Qualidade está previsto na meta 20, que é a meta que trata do financiamento da educação, o CAQi, como é chamado, Custo Aluno-Qualidade Inicial, deveria ser implantado nos dois primeiros anos, ou seja, em 2016.

Ao final de 2016, deveria ter sido implantado o Custo Aluno-Qualidade. A Professora Flávia, Dr^a Flávia estava no Ministério da Educação na SASE, em que a Secretaria de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Articulações do Sistema de Ensino estava exatamente discutindo essa possibilidade dessa articulação para que pudesse ser implantado esse Custo Aluno-Qualidade, e aí infelizmente teve o golpe que derrubou a ex-Presidenta Dilma e colocou um governo que não tem compromisso com a educação.

Em 03 anos, já deveria ser o CAQi que é o Custo Aluno-Qualidade que a cada ano nós deveríamos reunir para discutir qual seria o necessário para garantir uma educação de qualidade nos Municípios de Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Juína, Alta Floresta, em cada Município deste Estado, Várzea Grande, em cada Município deste Estado nós sentaríamos uma vez por ano e, dentro do meu projeto, cria-se as Comissões Bipartite, ou seja, aqui no Estado reuniria Estado e Municípios para discutir em cada Município qual seria o dinheiro mínimo necessário para garantir uma escola decente, para garantir uma escola de qualidade com os profissionais motivados para que nós pudéssemos garantir o mínimo de oportunidade educacional para os nossos jovens, para nossas crianças.

No meu projeto, nós criávamos Comissões Bipartite aqui no Estado entre Municípios e Governo do Estado, e a Tripartite Nacional entre a União, os Estados e os Municípios.

E dentro do Regime de Colaboração, a partir do levantamento feito em cada Estado, em cada Município, o Município dizia o seguinte: eu já apliquei 25% na educação, coisa que o Edilson falou agora há pouco ali.

Apliquei 25% na educação, mas o nosso dinheiro não conseguiu chegar a esse mínimo necessário para se ter educação de qualidade, aí sim, a União teria que aportar um dinheiro novo, um dinheiro diferente para que aquele Município pudesse ter o mínimo de oferta, de oportunidade educacional, o mínimo de educação de qualidade em cada um dos municípios, porque o nosso País é muito desigual, em nosso País temos Estados ricos com Municípios pobres, nós temos Estados pobres com Municípios ricos, e aí nós precisamos reduzir a desigualdade pelo menos na educação.

Reduzir desigualdade na educação é ter um Sistema Nacional de Educação. Que possam sentar-se à mesa todos os anos a União, os Estados e os Municípios e discutirem e apresentarem planilhas, dizendo o quanto é necessário para cada Município, para cada Estado para garantir uma educação de qualidade. Se nós não fizermos isso, nós não teremos condições de avançar. Por isso nós precisamos debater profundamente essa questão da educação, precisamos debater política esse ano que temos eleições, precisamos aprovar... Estamos trabalhando para aprovar esse projeto na Câmara dos Deputados que cria o Sistema Nacional de Educação.

O PNE... O governo está destruindo o PNE, esperamos que os próximos candidatos a Presidente possam assumir a proposta de salvar o Plano Nacional de Educação, porque é o nosso norte para a educação, como eu já disse.

O FUNDEB que encerra agora em 2020, nós estamos discutindo na Comissão Especial na Câmara de se criar o FUNDEB permanente, mas não basta o FUNDEB no modelo que está, porque ele é insuficiente para financiar a educação. Precisamos incluir o custo/aluno com qualidade no FUNDEB para que cada Município e cada Estado possa ter o necessário para uma educação de qualidade.

E, por fim, nós queremos conclamar a cada um para que cada jovem, para que cada profissional da educação, para que cada cidadão mato-grossense e brasileiro não se afaste desse tema.

É comum, eu que estou na política há muito tempo, já presenciei isso várias vezes, de sermos acusados disso em alguns momentos... Na época da campanha, se diz que a educação é prioridade; mas, quando se está nos mandatos, não prioriza a questão da educação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Eu quero dizer que essa luta tem que ser continuada, ela tem que ser permanente, no sentido de que possamos garantir, por meio da legislação, de leis, os recursos para educação, mas principalmente por meio da mobilização dos nossos jovens, da juventude, do cidadão de cada Município para que possamos ofertar uma educação de qualidade.

Eu quero agradecer ao Deputado Valdir Barranco e quero dizer que não poderia deixar de estar aqui para tratarmos de um tema tão sensível para a nossa população e num momento tão difícil como esse que o Brasil vive de golpes e de outras situações que vão tirando os direitos dos trabalhadores, que vão destruindo a possibilidade de um Estado brasileiro melhor para todos.

Fica aqui o nosso abraço e vamos participar do debate depois. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Deputado Federal Ságuaes Moraes.

Agora vamos começar a intercalar as falas, uma fala da plateia e uma fala da mesa para que vocês possam interagir também. Eu vou convidar a primeira representante da plateia, a Sr^a Evelyn Gomes, que é aluna da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Filho, está inscrita aqui para fazer a sua fala.

(PALMAS – A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Depois da Evelyn, já para vocês irem se situando, irá falar o Vinicius aqui pela mesa, e aí depois a Professora Cida Cortez pela plateia.

A SRT^a EVELYN GOMES – Boa tarde a todos!

Meu nome é Evelyn, eu sou Presidente do Grêmio da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos.

(PALMAS – A PLATEIA SE MANIFESTA.)

A SRT^a EVELYN GOMES – Bom, temos uma questão que nós achamos interessante apresentar para vocês. Lá na escola, nos últimos dias, está acontecendo o seguinte:

Houve um corte no repasse para a merenda da nossa escola, saiu... Tá vindo R\$ 8 mil e pouquinho... Está ficando R\$ 142 reais para cada turno.

Agora, eles estão tendo que pesar a merenda e está saindo 100 gramas de comida para cada aluno. Nós queríamos saber de vocês: o que vocês acham sobre isso? E o que vocês podem fazer para resolver isso? O que vão levar em consideração?

(PALMAS – A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Para fazer uso da palavra...

Evelyn, nós vamos anotar aqui e vamos responder no bloco posterior.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Para fazer o uso da palavra o Vinicius Brasilino, que é Conselheiro do Conselho Estadual de Educação e Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Plano Estadual de Educação.

O SR. VINICIUS BRASILINO – Boa tarde a todas as pessoas presentes nesta Audiência Pública. Gostaria de saudar o nosso dispositivo na pessoa da nossa Exm^a Sr^a Professora Maria Lúcia, ex-Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, saudar o Deputado Valdir Barranco e o Deputado Ságuaes em nome de todos os outros deste dispositivo.

Primeiro, quero parabenizar pelo tema da Audiência Pública, porque realmente diante do que vem acontecendo com a política pública de educação no nosso País e no Estado de Mato Grosso, nós precisamos estar mobilizados e debatendo constantemente esse processo. Mas, parabenizar mais ainda por ver essa plateia repleta de estudantes, que é quem precisa mais ainda compreender o que acontece com a educação do nosso País.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Então, eu trago a saudação do Conselho Estadual de Educação, na pessoa da nossa Presidente Adriana Tomazoni, que me pediu que fizesse a saudação, neste momento.

Dizer que, de fato, nos preocupa. Hoje, eu estava ali, porque jovem como vocês, olhando as minhas lembranças do *Facebook* e nas minhas lembranças do *Facebook* apareceu que hoje, dia 09 de abril, faz 04 anos que aprovamos o Plano Nacional, na Câmara dos Deputados, Deputado Ságuas Moraes.

Faz 04 anos hoje! Exatamente, hoje! E lá estávamos nós, enquanto estudantes, defendendo a implementação dos 10% do PIB para a educação; defendendo a questão de gênero e diversidade, que foi o que pegou no debate no final; conquistamos, em 2013, ainda, 50% do Fundo Social do Pré-Sal, uma luta histórica, que surgiu no seio da mobilização dos estudantes a proposta de que precisaríamos investir esses recursos na educação.

Por último, aconteceu esse processo de sanção do Plano Nacional de Educação pela então Presidente Dilma, a Lei nº 1.305/14. Esse é um processo significativo, porque é fruto da mobilização da sociedade brasileira. A primeira Conferência da Educação propôs o documento do novo Plano Nacional de Educação.

A 2ª Conferência da Educação fez uma avaliação e adequou mais a realidade do Plano Nacional de Educação. Nós passamos, agora, pela 3ª Conferência Nacional da Educação que apontou a necessidade de consolidarmos o Sistema Nacional de Educação, aqui está o autor do projeto que é o Deputado Ságuas Moraes.

Eu gosto muito de refrisar essas pessoas: o Deputado Ságuas Moraes, o ex-Deputado Carlos Abicalil, a Professora Rosa Neide, que está lá no fundo. Foram figuras significativas para que pudéssemos ter uma política de educação brasileira com a qualidade que nós temos hoje proposto no Plano Nacional de Educação.

Este documento aqui foi fruto de muita mobilização social, mas na articulação política, na compreensão teórica do que deveria ser a política pública de educação, a contribuição desses companheiros foi significativa.

Outra questão que não podemos deixar de pontuar é que, no meio do caminho do primeiro ano da implementação do Plano Nacional de Educação vigente, 2014/2024, aconteceu um golpe na República Federativa do Brasil e se depôs a Presidente eleita com 54 milhões de votos. Por que chegamos nesse processo? Porque no nosso País, a Pátria Educadora, que era o lema do Governo deposto, deixou de ser a prioridade, a educação para tratarmos da Ordem e Progresso. Que ordem e o progresso para quem? Progresso com a PEC nº 24155, hoje, Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos na educação, começa este ano 2018, já começou, e ficará no futuro dos filhos de vocês que estão aqui agora, esses jovens. Daqui a 20 anos vão nos perguntar – alguns de vocês têm 16, 17, e já estarão com 36, 37 anos de idade – o que fizemos para garantir essa educação e lutar por uma educação de qualidade? No Estado de Mato Grosso, mais ainda.

Nós tivemos, em 2016, e aqui vejo estudantes da Escola Jaiminho que eu estava com eles ocupando... A ocupação da escola para denunciar o processo de privatização que estava sendo dada com a Parceria Público Privada aqui, no Estado de Mato Grosso, como os professores estavam, também, lutando pela sua RGA. Será, então, que nós, que nos mobilizamos no nosso País para construir uma política de educação consolidada, articulada entre os entes federados, vamos nos contentar com o congelamento de 20 anos na política da educação? Não podemos! Não devemos! E esse processo que se traz no âmbito do Estado em relação ao FUNDEB é algo que nos preocupa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

A ex-Presidenta Dilma Rousseff foi deposta por pedaladas fiscais. O primeiro Governador dos 26 Estados e o Distrito Federal dos Estados brasileiros que se posicionaram favoráveis ao *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, justificando a pedalada fiscal, foi o Governador Pedro Taques.

Agora, nos surpreende vermos o Governador, em 2017, segurando os recursos do FUNDEB, que têm que ser de repasse semanal aos Municípios... Caiu, repassa; caiu, repassa; caiu, repassa. A demanda das escolas é emergencial.

A merenda de vocês... E, depois, levaremos ao Conselho Estadual de Educação essa denúncia, porque é muito grave. Parece-me que o que está acontecendo em Mato Grosso é o que Dória está fazendo em São Paulo, que queria carimbar as mãos dos estudantes para não terem acesso à merenda novamente. Isso é um absurdo! Nós não podemos aceitar! Os estudantes precisam se mobilizar! Isso deve acontecer!

Então, meu tempo já está esgotado, quero dizer que, mais do que nunca, temos que ter a responsabilidade para consolidar o Sistema Nacional de Educação. Começa pelo Estado de Mato Grosso que, neste momento, está sem Plano Estadual de Educação. Venceu no dia 18 de janeiro de 2018 o nosso Plano Estadual de Educação.

E nós, Deputados Ságua Moraes... Eu vi aqui, na Lei do PNE, para concluir, que é responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e Municípios atuarem em regime de colaboração visando o alcance das metas.

Nem no Plano Nacional, que Vossa Excelência já apontou que está sendo dilacerado pelo Governo golpista do nosso País, e nem no âmbito estadual nós temos mecanismos. E eu falo enquanto coordenador de uma Comissão que acompanha a execução do Plano, mecanismos de acompanhamento e monitoramento do Plano Estadual de Educação.

O que significa isso? Hoje, em Mato Grosso, temos, apenas, 32 Municípios que têm sistema de ensino, dos 141 Municípios. Então, nós precisamos fazer um esforço do Estado, dos Municípios, da AMM, do Conselho Estadual de Educação, do SINTEP, dos agentes que atuam na educação para consolidarmos o nosso sistema.

Por fim, eu quero dizer o seguinte... Estou vendo aqui e como estudante eu vejo toda essa mobilização de vocês do lado de lá, porque eu já estive do lado de lá, ainda estou.

Nós estamos num momento muito crítico do quadro político do estado brasileiro. A Constituição, que completará 30 anos, vem dia a dia, paulatinamente, sendo vilipendiada. Houve muitos que lutaram para que tivéssemos o direito de divergir democraticamente em espaços como este. Este é o espaço para divergência. Por isso, está sendo feita esta Audiência Pública. Mas se não tivéssemos democracia, como não tivemos há tempos atrás, nós não teríamos a possibilidade de pensar o diferente. Talvez, os que defendem aqui o Bolsonaro não teriam a possibilidade de falar sobre ele se fosse no tempo da Ditadura Militar. (PALMAS)

Então, jovens, vocês precisam pensar no futuro de vocês, mas precisam pensar no futuro das gerações e gerações que virão após vocês. Por isso, é necessário que estejamos mobilizados na defesa de uma educação pública, com financiamento, gratuita e de qualidade. Este é o desafio de cada um e de cada uma de nós.

Parabenizo todas e todos os presentes!

Agradeço pela oportunidade de estar aqui, neste momento, com vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido a Professora Cida Cortez, Secretária-Geral do SINTEP do Município de Várzea Grande, para fazer uso da palavra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Eu vou pedir que cada um que observe o tempo de 03 minutos para que possamos aproveitar a presença dos alunos que daqui a pouco precisarão se retirar.

Evelyn, só para adiantar, você que fez uma denúncia gravíssima sobre a questão da merenda lá na Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Filho, eu, enquanto Deputado Estadual, vou encaminhar na Sessão de amanhã, para aprovação, um requerimento cobrando à Secretaria de Estado de Educação providências em relação a essa situação relatada por você aqui.

A SR^a MARIA APARECIDA ARRUDA CORTEZ (CIDA CORTEZ) – Boa tarde a todos!

Quero pedir licença aos componentes da mesa para dividir o meu tempo com o Paulo César, que é estudante da Escola Adalgisa de Barros.

Vem aqui, Paulo. Aliás, eu não sei quanto tempo tenho disponível. O Paulo é bem mais bonito do que eu.

Primeiro, Deputado Valdir Barranco, parabéns por chamar essa juventude para vir aqui fazer o debate a respeito dos desvios de recursos da educação, que tem impacto no atendimento dessa demanda.

Não é só o dinheiro do FUNDEB que já foi desviado por aquele que disse que era conhecedor da lei e não faria o roubo. Não podemos nos esquecer da Operação Rêmora. Várzea Grande tem 08 escolas, que nem sede própria tem, e o dinheiro para construção, reforma, está dentro do desvio de mais de 56 milhões da Operação Rêmora, que até hoje não foi apurado e não foi dito de que forma será devolvido.

Por fim, o recurso chamado de desvio de finalidade, que é um termo elegante, tem impacto, companheira Mabel, lá nas redes municipais, porque é dinheiro, principalmente, de transferência lá.

Quero cumprimentar cada estudante que está aqui dizendo da responsabilidade de abrir o debate dentro da escola, principalmente, sobre as questões do desmonte da escola pública.

A escola plena anunciada pelo Governo é uma falácia; é uma escola de sofrimento; é uma escola que não amplia o direito; é a escola de mais tempo com a mesma estrutura.

A ampliação das escolas militares, para quem aqui é adepto, eu não vou entrar nisso, de achar que o militar é a solução, é uma escola que não vai permitir grêmios estudantis; é uma escola que não vai permitir a liberdade para discutir as questões de interesses da juventude, do LGBT, do racismo.

Portanto, quem é adepto do Bolsonaro tem que levar em consideração se é esse modelo de escola que nós queremos.

Num governo militarizado, a minha diferença... (PALMAS)... Isso! Todo mundo tem o direito de se colocar, mas como somos aqui a elite pensante, temos que levar em consideração qual é o programa de governo que cada um terá que apresentar e as escolas militares não são a solução.

Vou dividir o tempo, aqui, com Paulo César que vai fazer a sua fala.

O SR. PAULO CÉSAR – Boa tarde a todos os estudantes presentes! Boa tarde aos componentes da mesa.

Sou aluno da Escola Adalgisa de Barros, onde tem Ensino Médio Inovador, Ensino Médio Técnico.

Essa verba que foi desviada poderia ter sido investida em várias áreas das escolas do Estado de Mato Grosso; ter lanche de qualidade, como a nossa colega falou, porque é um absurdo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

o aluno ter 100 gramas de merenda. Muitas vezes o aluno sai de casa sem almoço e vai à escola para lanchar.

A verba, também, deveria ser investida nos laboratórios de química, física e biologia. Nós temos os laboratórios, mas não temos o direito de ter o material certo para estudar.

Os alunos de Cuiabá tem o passe livre gratuito e por que os alunos de Várzea Grande não têm?

Nós, estudantes de Várzea Grande, vamos lutar pelo nosso passe livre. Queremos ser vistos como os alunos de escolas particulares e não com “pouca bosta”, como dizem; queremos um ensino de qualidade e não um ensino mal.

Eu espero que depois desta Audiência Pública não haja mais esse desvio de verba, porque as nossas escolas precisam de verbas.

Obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Paulo e companheira Cida.

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia*.

Convido agora o Dr. Fernando Miranda Rocha, Juiz de Direito aposentado, para fazer uso da palavra.

O SR. FERNANDO MIRANDA ROCHA – Obrigado!

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. FERNANDO MIRANDA ROCHA – Quero saudar o Deputado Valdir Barranco, o Deputado Federal Ságua Moraes, a Professora Maria Lúcia e todos os meninos e meninas presentes aqui!

Eu quero fazer um depoimento.

Eu fui aluno de escola pública, do Colégio Estadual do Espírito Santo, eu e toda a minha família, de lá saímos direto para a Universidade Federal. Então, não estou me colocando – quero que vocês entendam – como exemplo, não, porque eu consegui, é porque o ensino público era de excelente qualidade e, lamentavelmente, houve uma queda por razões que não podemos discutir aqui agora.

Quero dizer que vocês, meninos e meninas aqui presentes, com os professores e professoras que, certamente, querem fazer um bom trabalho com vocês, vocês terão todas as possibilidades de galgar as posições futuras que almejam.

Estudar é fundamental. Aliás, a Constituição diz: “A educação é direito de todos e dever do Estado”. Agora, nós vivemos num País de contradições enormes.

A *Folha de São Paulo*, ontem, trouxe uma reportagem que São Paulo tem colégios que seguem um modelo norte-americano, cuja mensalidade custa 10 mil reais. Dez mil reais! Imaginem vocês a escola pública, a dificuldade que o Brasil, como um todo, enfrenta para que os alunos tenham uma educação, um ensino de qualidade pelo menos razoável, mas temos que partir para buscar, novamente, um ensino público de excelente qualidade como já tivemos.

Então, quero ressaltar que vocês têm todas as possibilidades que eu tive e que outras pessoas tiveram de, por meio do ensino, entrar numa Universidade Federal. Eu fui aluno na Federal do Espírito Santo, onde fiz História, e fui aluno da Universidade de Brasília, onde fiz Direito. Então, vocês também terão todas essas oportunidades.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Dr. Fernando Miranda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Vou chamar para fazer uso da fala o Sr. Juarez França, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Estudantes.

O SR. JUAREZ FRANÇA – Boa tarde!

Vou se bem sucinto, porque acho que pelo horário a galera já teve que ir, infelizmente, Deputado.

Quero agradecer a todos os professores e aos estudantes que aceitaram o convite para participar deste espaço.

Eu disse em entrevista que é muito importante que nós, estudantes, participemos desses espaços, até mesmo, Deputado, e muitos não entenderam que a SEDUC não está na mesa para ouvir as reclamações, o Governador Pedro Taques, que desviou recursos e não está aqui na mesa...

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. JUAREZ FRANÇA – São esses que de fato precisavam estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Foram convidados!

O SR. JUAREZ FRANÇA – Foram convidados e não estão aqui.

Então, nós estudantes, a grande maioria saiu, não souberam de fato que eles receberam o convite e não estão aqui para nos responder, não estão aqui para responder, Srt^a Evelyn, por que no Jaiminho tem uma balança colocada e o prato tem que ser pesado.

Fica aqui o nosso agradecimento a todos que se disponibilizaram a estar aqui, ao Deputado por requerer esta Audiência Pública.

Pedimos que de fato amanhã na Sessão, Deputado, o senhor cobre esclarecimentos da Secretaria de Educação, por que se eles não vieram aqui hoje para debater usaremos dos meios que temos, e o nosso meio é Vossa Excelência, para que Vossa Excelência possa cobrar de fato que isso seja esclarecido.

Assim como o Sr. Paulo colocou, tem estudante que vai para a escola sem ter uma refeição digna em casa e muitas vezes a única refeição é o lanche na escola e precisamos de fato compreender isso.

Também valorizarmos que muitos estudantes pela primeira vez tiveram a oportunidade de estar neste Teatro Zulmira Canavarros.

Apesar de toda essa situação, estamos na luta e seguiremos.

Muito obrigado, Deputado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Juarez França.

Convido o Sr. Orlando Francisco, Secretário de Finanças do SINTEP, para fazer uso da palavra.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Boa tarde, estudantes!

Parabéns por vocês estarem aqui mostrando a indignação de vocês na palavra.

Os estudantes já falaram sobre esse estado de transformação de Mato Grosso, que é uma mentira – não é? –, que é uma vergonha!

Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Valdir Barranco, que é único Deputado que vem realmente defendendo a política pública no Estado de Mato Grosso.

Temos que dar uma salva de palmas para o Deputado Barranco que tem sempre a coragem de se posicionar. (PALMAS)

E ao Deputado Federal, nosso companheiro Ságuas, único Deputado de Mato Grosso que se posicionou contrário às reformas que foram implementadas... (PALMAS)... por esse

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

governo do golpe, desse governo que quer fazer remendo, quer fazer atalho, principalmente na educação.

Nesses 03 minutos quero parabenizar o Edilson por sua fala aqui sobre a questão do FUNDEB, mas, Edilson, vamos lembrar que há mais recursos para a educação que estão sendo sonogados e não vamos acreditar na SEFAZ, que coloca de manhã no FIPLAN e a tarde retira, dizendo que está havendo mudança de rubrica. Não é!

Temos que ter coragem de dizer que é desvio de finalidade. Isso é desvio de finalidade.

O companheiro Gilmar, que inclusive está aqui na mesa, vai tratar também desse tema importante, tem sido um companheiro que tem cobrado de nós enquanto direção e levado para a categoria o mesmo que o companheiro Júlio Cezar e que o companheiro Henrique Lopes enquanto Presidente do SINTEP, além desse desvio de recurso do FUNDEB, temos outras, para não dizer outras palavras, pedaladas como, por exemplo, o imposto de renda na fonte.

Foi em 2015 que esse estado de transformação retirou os recursos de imposto de renda da fonte do cálculo de aplicação, não só da educação como também da saúde. Foi neste Governo.

Outra coisa, o ISQN é um tributo. O ISQN é um tributo, é um imposto. Por que ele não entra, inclusive agora sendo obrigado por esse prefeito, que também é um prefeito corrupto, que está obrigando os sindicatos, as igrejas, e deve também estar sendo obrigados os partidos políticos, a serem... Não me lembro o nome. Tem outro nome que eu me esqueci, nome científico. Na realidade, são obrigados a recolher os impostos das prestações de serviços, mas não são contabilizados como recursos, como receita que deveria voltar para a educação e para a saúde também.

Por último, a questão dos incentivos fiscais, que é uma receita líquida para educação.

No item 4 do art. 68 da LDB, é só consultar, está expresso que todos os recursos dos incentivos fiscais têm que ser compensados para a educação. Está expresso. Não depende de regulamentação de Constituição Estadual ou lei municipal. Está expresso que tem que haver a compensação desses recursos para a educação.

E nos últimos 03 anos, agora só em 2017, na prestação de conta do Parlamento foram 3,9 bilhões de incentivos fiscais – essa farra do boi – e nem um centavo foi devolvido para a educação.

Para concluir, que o meu tempo já se esgotou, a educação, estudantes aqui presentes, não pode ter remendo, educação não pode ter atalho, mas é o que está acontecendo hoje em nível de Brasil, principalmente em nível de Estado.

Temos que continuar a nossa indignação para dizer não a esse estado de transformação que está se demonstrando uma vergonha para nós da educação e para nós enquanto política pública.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Orlando.

Quero convidar o Hamilton da Silva Amaral, nosso companheiro Secretário Municipal de Educação, de Novo Horizonte do Norte.

Depois do Hamilton, que fala representando a plateia, falará o Professor Gilmar pela mesa.

O SR. HAMILTON DA SILVA AMARAL – Boa tarde a cada companheiro e companheira e às autoridades que compõem a mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Para ser breve, é parecido com que o Orlando falou.

Como Edilson apresentou, no ano passado os recursos somados de janeiro a novembro eram menores do que o mesmo recurso de 2016. Nem mesmo no FUNDEF isso tinha acontecido.

Então, se essa retenção de recursos, para não usar um termo mais adequado ao que realmente ocorreu, é algo absurdo, fez com que os próprios Municípios ficassem com dificuldades de fazer o CIOPE.

O nosso Município teve que nos últimos dias fazer milagre para aplicar o recurso, porque estávamos com déficit de receita e de repente corria o risco de ficar mais que os 5% que a lei orienta.

Então, realmente foi algo absolutamente escandaloso e o triste é saber que a própria Justiça que tirou Dilma por uma situação parecida, mas que era muito menor, não fez nada, nem fará, creio eu, em relação a esse governo.

Outra questão também que quero dizer é que estamos em um ano eleitoral e possivelmente, principalmente nós que estamos no interior, chegando a agricultura, os Municípios vizinhos e todo mundo fica imaginando que isso pode ser a salvação, que pode ser mais recurso. Só para falar do mês de março.

Os recursos oriundos do agronegócio do Estado de Mato Grosso representava aproximadamente 1% da receita do FUNDEB do mês de março, só para citar um mês.

Então, toda essa riqueza fica em que lugar? Achar que o agronegócio é a nossa salvação? Só não sei em que lugar, porque a educação não recebe praticamente nada desse recurso, um Estado que é campeão de grãos, que é campeão de exportação disso, de exportação daquilo, não tem essa mesma situação nos recursos da educação. E nós dos Municípios, gestores Municipais, temos que ficar fazendo milagres com as receitas.

Outra informação ao Deputado Valdir Barranco que é do recurso do transporte escolar de 2018 que não foi depositado nada ainda. Talvez, o Governador não saiba que as aulas começaram desde fevereiro. Então, o Município que está nesse tripartite de ente federado tem que dar conta do que o Governo Federal não faz, tem que dar conta do que o Governo do Estado não faz. Eu não sei até quando de fato vamos ter condições de resistir a tudo isso. É um descaso com os Municípios que são parceiros dessa ação. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Hamilton!

Com a palavra, o Professor Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Ações Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA – Saudar o Deputado Valdir Barranco, agradecer o convite; parabenizar a todos pela participação e a todos da mesa.

De acordo com os recursos já previstos é claro que precisa muito mais. Mas tanto a União quanto os Estados e os Municípios se fizessem a lição de casa, nós teríamos recursos já suficientes para o desenvolvimento de uma política de educação de qualidade.

O que está colocado é que se nós tínhamos de 2013 até 2015 um Governo que avançou, a professora Maria Lúcia falou aqui, o Professor, aliás, o Deputado Federal Ságuas Moraes, é médico, não é professor, não sei se ele ensina na faculdade, já falaram nas conquistas.

E a maior conquista que eu diria é ampliar a educação dos 04 aos 17 anos. Antes era só de 07 a 14 anos de educação obrigatória. Educação Infantil, educação especial, educação de jovens e adultos, ensino profissional, tudo isso não tinha obrigação neste País. Hoje tem. Está na lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Então, todas essas conquistas já estão apontadas a partir de um Sistema Nacional de Educação que só precisa com que os gestores deste País cumpram com o seu papel, é o que nós temos no momento, aqui está o assunto do golpe que talvez alguns dos nossos estudantes não avançaram ainda nessa reflexão.

É que o golpe, ao colocar por 20 anos no Brasil uma Emenda Constitucional que vai limitar o investimento, significa que as nossas escolas, em vez de serem melhoradas, serão pioradas. A Emenda do Ensino Médio, a Reforma do Ensino Médio dividiu em 05 eixos aquilo que nós já temos hoje na escola, significa que 04 eixos não serão mais obrigados.

Ora, se eu não vou ser mais obrigado a estudar biologia, história, sociologia, filosofia, duas línguas e tudo mais, significa que a minha formação vai piorar. Isso é do Governo Federal! A tragédia que vai se abater sobre nós, do ponto de vista de uma educação pública que ela vai continuar pública, é enorme. Ela vai continuar excluindo cada vez mais.

No caso do Governo do Estado, é pior, meus companheiros e companheiras, nós estamos tratando de um ex-Procurador da República. Procurem no dicionário qual é o significado da palavra Procurador da República. Esse camarada, o que é que o nosso Governador, ex-Procurador da República está fazendo com o nosso Estado!

A merenda, a falta do transporte, mas muito mais. Quando o Governo reteve o recurso do FUNDEB, que o recurso do FUNDEB são recursos impostos, como o ICMS. Na verdade ele impediu cada Secretário Municipal de Educação aqui de construir creche, de abrir mais vagas... (PALMAS)... De pagar professor e funcionário de forma justa, digna, como acontece em Várzea Grande, é uma vergonha.

O professor que trabalha as mesmas 20 horas no Estado recebe a metade do salário de Várzea Grande. Por que existe isso? Porque o Governador retém recurso hoje, não só como o companheiro Orlando Francisco do SINTEP falou, do ponto de vista da isenção e renúncia fiscal, de não passar aquilo que é descontado do meu Imposto de Renda, apesar do meu salário ser baixo, lamentavelmente, o Imposto de Renda ainda tira alguma coisa de mim, o que é que o Governo Taques está fazendo? Está se apropriando, ele que tanto criticou o Governo Silval Barbosa. Pelo menos o Governador Silval Barbosa teve a honra de devolver para a educação o Imposto de Renda Retido na Fonte.

Outra coisa fundamental que está acontecendo, seria importante debater tantos outros pontos, mas o que está acontecendo hoje é o seguinte: a famosa Escola Plena que o Governador e o ex-Secretário, eu não sei se ainda é Secretário, porque ele vai sair para se candidatar... Já saiu, o ex-Secretário que tanto bateu no peito dizendo que está fazendo uma grande demanda, na verdade, é uma preparação para a privatização no Ensino Médio no Estado de Mato Grosso.

Os outros 04 eixos, além daquele obrigatório, grande parte dos Municípios provavelmente deve ter secretários aqui que não tem mais do que uma ou duas escolas de Ensino Médio estadual no Município. Quem não tem acesso aos outros 04 eixos, não têm mais de uma escola no Município, em que escola esse menino, essa menina, irá buscar complementação? Então, é disso que falamos.

Quando falamos de um Sistema Nacional de Educação, estamos falando de um projeto de educação para uma nação e pasmem vocês, foi um homem semianalfabeto que apontou as 02 grandes conferências para dizer: “Nós temos que garantir esse sistema, a União, os Estados e Municípios, cada um de acordo com a sua possibilidade financeira tem que construir essa educação.”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

O que está acontecendo hoje é que o ente mais pobre, o primo mais pobre, o que menos recebe dinheiro, é o que está tendo que assumir as maiores demandas a começar pela creche. A Educação Infantil é a mais exigente do ponto de vista financeiro. É isso que o ex-Procurador está fazendo em Mato Grosso.

E o Tribunal de Contas, Deputado, eu encerro com isso, preste atenção no que uma autarquia que está sob o julgo desta Casa de Leis, fará com a aprovação de contas dos prefeitos.

Como o Secretário que já fez uso da fala aqui, nós temos um problema na prestação de contas dos Municípios, eles não podem levar para o exercício seguinte mais do que 5% do FUNDEB, com a artimanha, a maracutaia que este Governador fez, coloca um problema para os prefeitos e para os secretários municipais de educação, lamentavelmente. Eu irei lamentar muito que a Justiça fechará os olhos, isso mostrará que também em Mato Grosso a Justiça não é cega, ela tem olhos muito bem direcionados para favorecimento de alguns.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Gilmar.

Convido o Manoel Silva, Conselheiro de Promoção de Igualdade Racial (AUSENTE). Então, a Maria Luiza Zanirato, membro do Conselho Estadual de Educação e Diretora do SINTEP. (PALMAS)

A SR^a MARIA LUIZA ZANIRATTO – Uma boa tarde já no final deste dia 09 de novembro... (RISOS)... de abril. Já estou querendo que acabe logo este ano (RISOS). Já passou a eleição até, é que eu estou bastante preocupada com o que presenciei nesta Audiência Pública, em relação ao comportamento dos nossos alunos, dos nossos estudantes.

Eu fiquei, enquanto profissional da educação, enquanto professora, preocupada, o quanto que trabalhamos reflexão e análise dos nossos estudantes lá no dia a dia no currículo das nossas aulas, porque a manifestação que foi feita aqui, infelizmente, temos horário de ônibus, de organização, mas precisaríamos de uma outra aula para discutir o que é democracia, porque esse conceito ainda não está consolidado em nossos estudantes aqui da Educação Básica de Mato Grosso.

Mas eu gostaria de agradecer essa iniciativa e, se pudesse, eu gostaria de convidar o Deputado Valdir Barranco para ir ao Conselho Estadual de Educação para fazer, junto com Edilson, essa explanação dessa situação que está posta no financiamento da educação, porque, infelizmente, o Fórum Estadual de Educação, que eu também faço parte, não está cuidando disso. O Fórum Estadual de Educação está na nossa Constituição Estadual, está na nossa Lei Complementar nº 49, ele tem que fiscalizar as políticas educacionais, e não está fazendo esse trabalho e não está se empoderando para isso.

Mas quero alertar aqui também que estamos um pouco – representando o SINTEP no Conselho Estadual de Educação – com dificuldade de fazer a reflexão sobre os 3,6 bilhões no orçamento de 2018, que não vão para o Município, que não vão para o Estado e que não vão para lugar nenhum, vão para o bolso de alguns; 3,6 bilhões.

Eu não estou falando o que eu escuto no sindicato, estou falando o que está escrito no jornal, no *Folhamax*, no site do *Folhamax*, dia 04 de abril, foi publicado isso, para onde vão os 3,6 bilhões de reais que estão sendo colocados como renúncia fiscal no orçamento de 2018 aqui em Mato Grosso. Isso é extremamente grave, tem que ser revelado para que nós saibamos muito bem quais são os nossos desafios para as eleições de 2018, porque temos aí um Governo que está se propondo a ser reconduzido, e sendo reconduzido com todos esses desvios de recursos, não é desvio de finalidade, é desvio de recurso. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Terminei dizendo que, hoje, de manhã, substituindo a diretora, participei de uma reunião com os diretores e o Secretário Municipal de Educação, o Sr. Alex Vieira Passos, que teve que sair agora. E o que mais se falou o tempo todo em relação ao Plano Municipal de Educação de Cuiabá é que as escolas estão caindo, só chove dentro, a rede elétrica não tem condições mais de permitir que funcione a escola.

Mas cadê o Município para exigir o seu recurso do FUNDEB, cadê o Município?

Vejo essa convivência com muitos gestores municipais de terem ficado em silêncio. O SINTEP só foi convidado na AMM este ano para colocar esse desvio que estava acontecendo para o sindicato ajudar, mas, enquanto isso, como é que os gestores cuidaram dos recursos do FUNDEB? É uma pergunta que eu deixo aqui para nós desafiarmos cada um dos Municípios de Mato Grosso.

Por hoje, muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr^a Maria Luiza.

Gostaria de convidar o Sr. Moacir Jacó Talini, Secretário Municipal de Educação de Nova Guarita, que irá falar representando os secretários e secretárias municipais que tanto foram lesados pelo desvio dos recursos do FUNDEB pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. MOACIR JACÓ TALINI – Boa tarde a todos, nobre Deputado Valdir Barranco, cumprimento à mesa.

Sr. Meritíssimo, nós questionamos bastante essas coisas e não conseguimos entender, porque há essas manobras e não acontece nada.

Nos planos estaduais, nos planos municipais, no plano federal, instalar essas ações e aquilo que cada ente tem que fazer, como a Professora colocou, qual a obrigação de cada ente, mas se ele não fizer, não acontece nada.

Os Municípios estão com dificuldade monstruosa na questão da Educação Infantil. Como é que vamos... A senhora colocou muito bem colocado, Professora, nós estamos com uma dívida muito grande. Mas essa dívida está nas costas dos Municípios pequenos. O meu Município é Nova Guarita, bem no Norte de Mato Grosso, com 5.500 habitantes, e nós temos uma Educação Infantil que capta uma parte significativa dos recursos para ter uma educação de qualidade, Professora, porque a senhora fala da qualidade da educação.

Então, para termos uma educação de qualidade, aumentarmos o nosso IDEB, colocar as coisas, nós estamos segurando o que? Pagando mal os professores. Os Municípios pequenos pagam mal os professores para poder manter a qualidade de ensino, para poder manter uma merenda de qualidade diferente dessas que vocês têm.

Eu vi na semana passada uma questão no Município onde entrou uma nutricionista que começou a querer colocar um cardápio. E para Município do interior não tem que ser um lanche, tem que ser refeição, tem que ser comida. Porque o menino sai da casa dele às 04h30min, 05h e ele está todo esse tempo no transporte.

Eu quero ver o que podemos fazer de políticas públicas para melhorar a questão da qualidade, do Custo Aluno-Qualidade Inicial-CAQi, que está defasado há muito tempo. O Deputado está colocando que será colocado isso no próximo FUNDEB. Pelo amor de Deus, que seja revisto o custo! Porque se ficar nisso, nós estamos feio! Porque ele é bem menor. O CAQi não chega a três mil e o Custo Aluno-Qualidade - CAQi chega a três mil e trezentos e pouco.

Os Municípios têm menos aluno, a maior quantidade de funcionários e de profissionais na Educação Infantil, o custo fica todo para o Município, e os recursos menores, como bem colocado: “O primo pobre se ferrou!”. Vai ter que dar um jeito. Só que hoje estamos, todos os Municípios, no limite, não aguentamos mais. Então, tem que ser feito alguma coisa para que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

possamos continuar melhorando a qualidade, dando um padrão de qualidade para que os alunos do interior, do interior de Mato Grosso tenham a mesma oportunidade que os alunos da Capital têm.

Que os alunos do Ensino Médio tenham a possibilidade de ir a um laboratório de ciências, de física, de química. Acho que lá por perto há duas ou três escolas que têm isso, que eu conheço. E tem o Colégio da Décima, que é um colégio de agricultura e está com boa ascensão – espero que aquilo seja referência para Mato Grosso –, mas não tem todos os seus laboratórios ainda funcionando.

A dificuldade dos Municípios está na questão de distribuição dos recursos, porque a menor parte fica para o Município e a maior despesa é nossa, sem contar que – já estou me alongando – o transporte escolar... Aqui na cidade, nos lugares mais pertos da Capital, há bastante asfalto, o transporte escolar não tem tanta despesa igual é no interior. No interior, nós fazemos 70 km por viagem, são 140 km que o ônibus anda na estrada de terra. E o transporte escolar, os ônibus que vieram para nós são todos eletrônicos, dão problema, esses ônibus eletrônicos dão uma despesa muito grande. As peças, para encontrarmos, são poucas, é difícil, é muito custo, é longe. Eu estou com um ônibus parado lá faz 15 dias por causa de uma mangueira de uma bomba GR, e não tem como.

Então, eu gostaria que vocês olhassem, Deputado, para os Municípios com muito carinho. Eu fico muito agradecido pela oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido a Professora Enelinda Scala para fazer o uso da palavra.

Enquanto isso, agradeço mais uma vez os servidores da Assembleia Legislativa, do nosso mandato, agradeço de modo especial à *TV Assembleia* que transmitiu, está transmitindo esta Audiência ao vivo para todo o Brasil, e à *Rádio Assembleia* para toda a América Latina.

A SR^a ENELINDA SCALA – Boa tarde a todas e todos!

Eu cumprimento todos, os que já foram e os que estão aqui, na pessoa dos meus – perdão de falar dos meus – dos nossos, dos Deputados que nós temos um orgulho profundo do trabalho que essas duas criaturas têm proporcionado para o nosso Estado na luta de políticas públicas para o nosso povo trabalhador. E também na pessoa da minha ex-Reitora, companheira da universidade, de uma vida de luta, da nossa Flávia, e desses meninos queridos, Juarez e Vinícius, que ontem, sexta-feira, na praça, nos deram um show de cidadania e brasilidade.

Quero agradecer, Deputado Valdir Barranco, essa possibilidade de falar um pouquinho só. Eu tenho na minha vida duas paixões muito grandes: a saúde e a educação, e gosto também da área de segurança pública, mas a saúde e educação são minhas duas paixões. E milito na política desde os 14 anos, jovens que por um acaso estiveram... Alguns jovens aqui... Eu assisti a fala de uma presidente de grêmio estudantil, foi com 14 anos que eu militei e fui vice-presidente de um grêmio estudantil, e lá eu aprendi muito, meus amores, aprendi também a militar na política.

E o nosso sonho é que todos, todos os jovens do nosso País, de Mato Grosso, e por que não do mundo, possam receber uma educação de qualidade, não tão desigual. E, nesse sentido, todos aqui já falaram do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual, dessa luta de construção do Sistema Nacional de Educação.

Eu gostaria de dizer que este Governo que está aqui, no nosso Estado, e o Governo Federal têm tirado o nosso Estado e o nosso País dos brasileiros. Eu quero contar para todos que eu pude participar com a Professora Rosa no comando da Secretaria de Educação, e foi assim uma honraria muito grande. Participei do último ano de governo, de abril a dezembro, com o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

apoio dos nossos Deputados, e digo que nós construímos uma política pública com um esforço fenomenal, grande, coletivamente.

Essa foi a riqueza desse trabalho apresentado em dezembro, dia 17, Professora Rosa, nunca me esqueço dessa data, e lá o que eu posso dizer para todos é que eu encontrei na Secretaria de Educação uma pujança tão grande, uma alegria, era aquele burburinho de vida, e nós conseguimos, com a ajuda da universidade, Professora Maria Lúcia, o Centro Referência, com a assessoria maravilhosa da Professora Delma e com o Ministério Público, com a Polícia Federal, com a Polícia Estadual, com os representantes de todo o tipo da sociedade civil que prestam serviços voluntários, filantrópicos. É no campo das políticas públicas... O enfrentamento das drogas nas escolas públicas do Estado de Mato Grosso. Fizemos esse trabalho. Foi um grande esforço.

Apresentamos no Governo de transição, fizemos um grande esforço de convidá-los, quando nós apresentamos essa política na Secretaria de Educação e também apresentamos mais de uma vez. A professora Rosa ainda tentou, aqui na Assembleia Legislativa, mostrar a importância dessa política – após nós sairmos de lá – porque as drogas trazem tanto sofrimento para tantas famílias e para todos jovens, vai tirando a vida dos nossos jovens aos poucos.

Nós fizemos com uma vontade, com uma paixão, vamos dizer assim, esse trabalho. Eu e a Professora Delma, as duas malucas, apaixonadas, e nos esforçamos, entregamos prontinho para este Governo. E eu pensei que uma pessoa do nível do Governador... Porque essa foi sempre a conduta dos nossos Governos Lula e Dilma Rousseff, muito republicana. Tudo aquilo que foi bom, que já estava em andamento dos governos anteriores, foi tudo aproveitado, foi tudo dado sequência.

Deputado Valdir Barranco e Deputado Ságua Moraes, Vossas Excelências que nos acompanharam de perto, a Professora Maria Lúcia, nada mais eles aproveitaram, mas o Ministério Público distribuiu para todos os Municípios o nosso trabalho. O Ministério Público que nos ajudou também bastante.

Muito obrigada! Desculpe... (PALMAS)

Eu não me incomodo de falar por último, porque aqui eu estou falando com o povo mato-grossense. Não sei se ainda está filmando para dizer que, agora em 2018, vamos resgatar o Brasil para os brasileiros e o Mato Grosso para os mato-grossenses, se Deus quiser, com a nossa força e a nossa luta!

Parabéns para toda essa mesa que eu encantei, fiquei encantada com todos vocês.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Professora Enelinda Scala.

Nós queremos agradecer mais uma vez a presença de todos, agradeço a presença do Deputado Ságua Moraes; Gilmar; do Secretário de Nova Guarita; Mequiel, Vereador por Alta Floresta; Professora Maria Lúcia; Vinícius; Orlando; Cristiane, Vereadora por Lucas, todos e todas que participaram.

Dizer que a apresentação do Edilson vai fundamentar os próximos dias a denúncia que protocolaremos junto aos órgãos de controle para que eles possam levar adiante essa coisa gravíssima que foi o desvio de finalidade dos recursos do FUNDEB praticado pelo Governo do Pedro Taques.

Esse Governo que já fez inúmeras mazelas nesses 03 anos, que não disse a que veio, que está com mais de 100 milhões de reais para a construção de escolas deixadas ainda pela gestão de Ságua Moraes e de Rosa Neide, nas contas do Estado. Não construíram as escolas, os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

alunos continuam estudando nesses Municípios, como União do Sul e Cláudia, onde eu visitei há poucos dias, embaixo de mangueiras, embaixo das árvores, com dinheiro nas contas, por conta da falta de competência de gestão desse Governo.

Fora a grampolândia que mais de mil pessoas tiveram seus telefones grampeados para que ele pudesse articular contra essas pessoas, perseguindo essas pessoas, que foi um fato, um crime hediondo, gravíssimo, que passou impune aqui na Assembleia Legislativa e infelizmente, em que pese às nossas denúncias, e fora os 11 Secretários dele que foram presos. Isso é algo inédito, nenhum outro Governo teve, no exercício do seu mandato, 11 Secretários – daria para formar um time de futebol dentro da cadeia – presos por desvio de recursos e pelo crime hediondo da grampolândia que foi praticado dentro do Palácio Paiaguás.

Portanto, nós encaminharemos essa denúncia para que os recursos sagrados da educação possam ser preservados sempre.

Quero aqui lembrar algumas falas do Deputado Federal Ságua Moraes e da Professora Maria Lúcia, com relação aos avanços, Gilmar, que nós tivemos na educação pública e de qualidade durante os governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff. De 43 universidades foram para quase 70 universidades federais, disse a Professora Maria Lúcia, isso é um salto, quase triplicou as vagas do ensino público das universidades federais durante esses governos; 140 Institutos Federais durante toda sua história para quase 600, nos 13 anos de governos Lula e Dilma.

Em Mato Grosso, eram 03 institutos federais, são 19 construídos nesse período, fora as políticas públicas que não são da educação, como a Minha Casa Minha Vida, que permitiu a tantos brasileiros e brasileiras a oportunidade de ter a casa própria; o Luz para Todos, que levou energia para os homens e mulheres do campo; o Mais Médico, que possibilitou os médicos chegarem as periferia das cidades, do interior, das aldeias indígenas para atender a população; e as demais políticas públicas que se formos falar aqui são muitas que possibilitaram aos mais pobres terem acesso ao orçamento público da União.

Dentre elas eu quero, para finalizar, lembrar o maior sonho do Presidente Lula, que ele dizia que quando chegasse a Presidência, ele queria realizar que cada cidadão e cidadã, pelo menos, pudessem fazer 03 refeições por dia e esse sonho ele conseguiu realizar. Vemos agora aos poucos que, quando deram o golpe porque não conseguiram voltar a Presidência por outro meio legal, pelas urnas, porque tinham perdido 08 eleições seguidas, contados primeiro e segundo turno, que não ganhariam novamente porque o povo experimentou o que é participar do orçamento público da União, deram o golpe porque de outra forma não chegariam novamente ao poder, o povo vem perdendo e o povo já experimentou isso.

E esse povo não aceita mais colocar lá no Palácio do Planalto aqueles que não representam e que não conferem os seus direitos. Esse povo que hoje, 42% já nas pesquisas apontam votos para o Presidente Lula, esse povo não quer votar e não vai votar em quem lhes retirou direitos e lhes retirou oportunidades. É por isso que estão fazendo essa injustiça com o Presidente Lula, é por isso que fizeram um processo contra ele, que é um processo fraudulento, inventado, sem nenhuma prova e encarceraram ele em tempo recorde. Todos os trâmites do processo foram acelerados para de maneira desrespeitosa com a participação do Supremo Tribunal Federal, que rasgou a Constituição, pudessem colocá-lo na prisão.

Então, quero concluir para dizer que Lula vale a luta, que eleições sem Lula é fraude e nós precisamos continuar essa luta para que possamos garantir educação pública e de qualidade para os próximos 04 anos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER AS RELAÇÕES
FEDERATIVAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO
DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14H.

Muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patrícia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.